

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA
CURSO DE PEDAGOGIA

Ana Cláudia Pinto Alves

**ESTRATÉGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM COM ALUNOS COM SÍNDROME
DE DOWN: alguns apontamentos a partir do levantamento de dissertações e teses
(2010-2016)**

Paranaíba/MS

2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA
CURSO DE PEDAGOGIA

Ana Cláudia Pinto Alves

**ESTRATÉGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM COM ALUNOS COM SÍNDROME
DE DOWN: alguns apontamentos a partir do levantamento de dissertações e teses
(2010-2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS,
Unidade Universitária de Paranaíba, como exigência
parcial para licenciatura do curso de Pedagogia.

Orientadora: Profª. Me. Simone Silveira dos Santos

Paranaíba/MS

2017

ANA CLÁUDIA PINTO ALVES

**ESTRATÉGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM COM ALUNOS COM SÍNDROME
DE DOWN: alguns apontamentos a partir do levantamento de dissertações e teses
(2010-2016)**

Este exemplar corresponde ao Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado para obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

Aprovado em: Paranaíba, ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profª. Me. Simone Silveira dos Santos (Orientadora)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Profª. Me. Raquel Marques Ribeiro
Secretaria Municipal de Educação

Profª. Me. Radaí Cleria Felipe Gonçalves
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

AGRADECIMENTOS

A DEUS, pelo amor incondicional e dom da vida.

A minha família em especial a minha mãe Diva Nilda P. Alves e meu pai Sebastião Alves, por todos os ensinamentos e carinho que tiveram por mim em toda essa trajetória, me apoiando nos momentos mais difíceis e me incentivando a nunca desistir.

Ao meu namorado Lucas Cavalcante, companheiro e maior incentivador.

A minha professora orientadora Prof. Me. Simone Silveira dos Santos, pela paciência e todo conhecimento transmitido durante todo esse processo árduo.

As minhas colegas de classe, estas que dividiram comigo os sonhos, experiências, angústias e muitas alegrias.

Certa lenda conta que duas crianças estavam patinando em cima de um lago congelado. Era uma tarde nublada e fria, e as crianças brincavam sem preocupação. De repente, o gelo quebrou e uma das crianças caiu na água. A outra, vendo que seu amiguinho se afogava debaixo do gelo, pegou uma pedra e começou a golpeá-lo com todas as forças, conseguindo quebra-lo e salvar seu amigo. Quando os bombeiros chegaram e viram o que havia acontecido, perguntaram ao menino: Como você conseguiu fazer isso? É impossível que tenha quebrado o gelo com essa pedra, se suas mãos são tão pequenas e fracas! Nesse instante, apareceu um idoso e disse: Eu sei como ele conseguiu. Todos perguntaram: Como? E o senhor respondeu: Não havia ninguém ao seu redor para dizer-lhe que não seria capaz. (DALLA DÉA)

RESUMO

Este trabalho busca realizar alguns apontamentos a partir de trabalhos acadêmicos sobre as estratégias de ensino aprendizagem utilizadas com crianças com Síndrome de Down (SD), no intuito de verificar qual a ênfase dada ao desenvolvimento físico, cognitivo, cultural e social destes. Neste sentido, tem-se em vista a reafirmação do indivíduo, como sujeito de direitos, em busca de igualdade social e respeito. Objetivamos verificar o que as pesquisas dizem sobre a relação da criança SD com a escola, seu processo de acolhimento, relação professor-aluno, estratégias de ensino-aprendizagem, analisando também como esses alunos enquanto seres pensantes e capazes internalizam os conteúdos aplicados em sala de aula ou no ambiente escolar. Utilizamos como suporte teórico para embasar e fundamentar a discussão da perspectiva da inclusão e dos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural, autores como: Goés (2002); Mantoan (2006); Mazzotta (2005); Voivodic (2008); Vygotsky. A pesquisa foi realizada no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD do Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia – IBICT, num recorte temporal dos anos de 2010 a 2016, compreendendo os avanços nas políticas de inclusão. Realizamos uma Análise de Conteúdo (BARDIN, 2010) dos resumos apresentados pelas dissertações e teses encontradas. A partir dos resultados obtidos, pode-se concluir que o desenvolvimento dos alunos SD foram garantidos de forma gradativa por meio da integração professor – família, estabelecendo uma ligação ainda mais forte entre a rotina do aluno com deficiência e o técnico responsável pelo aprendizado (professor). Em decorrência do presente estudo, é nítida a necessidade de suporte técnico (qualificações e implementos tecnológicos) e formação continuada para os profissionais da educação, visando garantir a efetivação da perspectiva inclusiva dentro da sala de aula, possibilitando a todos os alunos o seu desenvolvimento e aprendizagem.

Palavra-chave: Síndrome de Down, Ensino-aprendizagem, Inclusão.

ABSTRACT

This work seeks to make some notes from academic papers on the strategies of teaching learning used with children with Down Syndrome (SD), in order to verify the emphasis given to their physical, cognitive, cultural and social development. In this sense, we have in mind the reaffirmation of the individual, as subject of rights, in search of social equality and respect. We aim to verify what the researches say about the relation of the SD child to the school, its reception process, teacher-student relationship, teaching-learning strategies, analyzing also how these students as thinking and capable beings internalize the contents applied in the classroom classroom or in the school environment. We use as theoretical support to base and to base the discussion of the perspective of inclusion and the assumptions of the Historical-Cultural Theory, authors as: Goés (2002); Mantoan (2006); Mazzotta (2005); Voivodic (2008); Vygostky. The research was carried out in the database of the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations - BDTD of the Brazilian Institute of Information in Sciences and Technology - IBICT, in a temporal cut from the years 2010 to 2016, including the advances in inclusion policies. We performed a Content Analysis (BARDIN, 2010) of the abstracts presented by dissertations and theses found. From the results obtained, it can be concluded that the development of SD students were gradually guaranteed through teacher-family integration, establishing an even stronger link between the routine of the disabled student and the technician responsible for learning (teacher). As a result of the present study, there is a clear need for technical support (qualifications and technological tools) for special education professionals, aiming to adapt the conduct within the classroom to the real needs of students with disabilities.

Key words: Down syndrome, teaching learning, inclusion

LISTA DE SIGLAS

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAES
Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD
Campanha Nacional de Educação de Cegos – CNEC
Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais – CADEME
Conselho Federal de Educação – CFE
Conselho Nacional de Educação Especial – CENESP
Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN
Consciência Fonológica - CF
Departamento de Educação Supletiva e Especial
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS
Imposto Sobre Operações Financeiras – IOF
Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI
Instituto Benjamin Constant – IBC
Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES
Lei de Diretrizes e Bases – LDB
Ministério da Educação – MEC
Movimento Down – MD
Secretaria de Educação Básica – SENEb
Secretaria de Educação Especial - SESPE
Síndrome de Down – SD
Zona de Desenvolvimento Proximal - ZDP

LISTA DE IMAGENS

Características da Síndrome de Down	24
Características Gerais da População, Região e Pessoas com Deficiência	26
Proporção da População com pelo menos uma das Deficiências investigadas por grandes regiões do Brasil	26
Risco total de anomalias cromossômicas de acordo com idade materna.....	27
Probabilidade de Síndrome de Down na gravidez x Idade da mulher	28

LISTA DE QUADROS

Fator de Inibição x Estratégias	34
Relatos de Pesquisa.....	59

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1 OS CAMINHOS DA INCLUSÃO	12
1.1 Planos Nacionais de Educação e Legislações Atuais: a garantia da Inclusão	16
2 DA SÍNDROME DE DOWN AO ENSINO APRENDIZAGEM	23
2.1 Políticas Públicas e a Garantia de Direitos Sociais, Culturais, Políticas e Educacionais.....	28
2.2 A Criança com Síndrome de Down, a Escola e as Estratégias de Ensino Aprendizagem	33
3 Análise dos Levantamentos de Dados das Produções Científicas sobre SD e o ensino aprendizagem	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIA	53
APÊNDICE.....	58

INTRODUÇÃO

A Justificativa deste estudo se dá em função de sua relevância social, a qual busca garantir meios para o desenvolvimento cognitivo, cultura e social das crianças com Síndrome de Down matriculados no ensino comum, objetivando ainda preservar e estabelecer os direitos inerentes a pessoa com deficiência.

Como forma de motivação pessoal, essa pesquisa originou-se em decorrência do contato pessoal com uma criança de 7 anos com deficiência física e intelectual, a qual apresenta reação limitada para qualquer estímulo externo, necessitando assim de acompanhamento de profissionais (professores) capacitados que estimulem o seu desenvolvimento. Diante da problemática pessoal, tal situação despertou o interesse pelo estudo da causa, pesquisando e analisando os métodos e estratégias de ensino utilizadas para estimular as crianças com deficiência na rede regular de ensino.

Ao buscar compreender quais métodos os professores adotam para desenvolver um trabalho significativo e de maneira inclusiva, o presente trabalho acadêmico visa verificar quais os apontamentos que as produções acadêmicas de dissertação e teses apontam quanto às estratégias de ensino e aprendizagem utilizadas por professores que atuam na perspectiva escolar de inclusão com crianças com síndrome de down.

Em meio a tantas mudanças no ano de 1960, destacando-se a luta pelos direitos humanos, as pessoas com deficiência adquiriram espaço maior diante da sociedade, mas mesmo com tantas mudanças esse é um assunto que gera muito estudo no meio acadêmico, mais precisamente na área de educação especial. Desta forma é possível identificar que o sistema educacional brasileiro vem enfrentando um grande desafio em relação à inclusão de crianças com Síndrome de Down (SD).

Porém, apesar de todos os problemas e dificuldades existentes em detrimento da omissão estatal, é possível notar que a educação inclusiva vem sendo colocada em prática, consolidando opiniões de estudiosos sobre o tema. No Brasil a educação inclusiva é inserida no sistema regular de ensino a partir da constituição federal de 1988, a qual deixa bem claro o direito de igualdade para todos.

Nesse ínterim é possível identificar que a educação especial deve ser oferecida em toda rede de ensino e também nas associações especializadas, como o caso das APAES (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), pois a respectiva instituição garante o apoio intensivo e atendimento educacional especializado ao estudante com deficiência intelectual e múltiplas incluído na escola comum nas séries iniciais de ensino fundamental.

A escola quando recebe um aluno com SD, está sujeita a grandes desafios, pois além da dedicação do professor, a escola tem que oferecer estrutura para que esse aluno consiga um desenvolvimento significativo. É importante frisar que o papel dos pais e o bom relacionamento com o ambiente escolar é um grande aliado para inclusão de sucesso, reafirmando os ensinamentos de Mendes (2002, p.72):

Para entender as necessidades educacionais de seus alunos, é preciso que a escola se modifique. Nesse momento caberá a ela entender uma parcela social que até então esteve excluída de seus projetos e planos de trabalho, ainda que estivesse presente em suas dependências, seja na classe especial ou na classe de recurso comum.

Conforme o respectivo ensinamento, ao buscar uma melhor aproximação com o aluno, a escola deve estender seus horizontes aos familiares, buscando compreender as dificuldades do ensino e, posteriormente, desenvolver projetos e planos de ensino mais adequados a realidade.

No decorrer da pesquisa é importante destacar os desafios e estratégias que surgem diante do profissional de educação, o professor. Isto posto, o professor mediante as dificuldades em uma sala com crianças com Síndrome de Down, precisa ter habilidades e muito embasamento teórico e prático, com o intuito de fazer com que a criança se desenvolva em condições iguais aos demais alunos, garantindo através de uma rotina pedagógica organizada, a aprendizagem de todos.

Neste entendimento Mrech (1999, p. 33) dispõe sobre as reais habilidades do professor de educação especial:

O que exige do professor de educação especial é que ele de um passo maior e que saia da sua própria especialidade. Para ajudar o professor do ensino regular a atuar junto com as crianças deficientes. Um trabalho que é de parceria e não mais de cada um no seu canto [...] É preciso efetuar esta passagem. Porque é ali que se encontra o futuro da educação especial e da educação inclusiva.

Segundo o entendimento de Mrech, o trabalho do professor de educação especial deve ser abrangente, auxiliando os demais colegas na organização de planos e metas de aprendizagem, fortalecendo o trabalho da rede de ensino como um todo.

Nesse contexto é importante discutir a relevância do profissional que atua como mediador da criança especial, o qual atua em sala de aula junto da criança com SD e o professor, otimizando a aprendizagem da criança. Essa solução do mediador evidencia a importância do papel do mesmo no âmbito escolar, pois é por meio dele que a criança pode se

desenvolver mais e dessa maneira se apropriar do conteúdo aplicado em sala de aula, combatendo de forma gradativa o preconceito existente dentro dos muros escolares.

Dessa forma torna-se necessário a união de profissionais comprometidos com educação inclusiva, é preciso acreditar em uma educação de qualidade, mesmo que esteja fora de nossa realidade, é vital um olhar especial para as reais condições de ensino, olhar esse que não foca somente na deficiência e sim abrange todo contexto no que diz respeito a ensino, escola e aluno.

Nesse sentido, o autor Voivodic (1998) cita os ensinamentos de Mazzota a respeito do tema::

É fundamental, pois, a compreensão de que a inclusão e a integração de qualquer cidadão, com necessidades especiais ou não, são condicionadas pelo seu contexto de vida, ou seja, dependem das condições sociais, econômicas e culturais da família, da escola e da sociedade. Dependem, pois, da ação de cada um de todos nós. (MAZZOTTA, apud VOIVODIC, 1998, p. 37).

Para que a educação inclusiva se concretize de forma eficaz, é primordial que o professor tome consciência de que cada aluno leva para dentro de sala de aula uma bagagem única, dificuldades emocionais, culturais, realidade econômica. O profissional da educação tem de estar ciente dessas especificidades que esses alunos trazem, além disso deve saber trabalhar o melhor de cada um em seus limites, especialmente quando se trata de um aluno com necessidade especial como a Síndrome de Down.

Por conseguinte, o respectivo trabalho foi estruturado em três capítulos distintos para a melhor compreensão do leitor, de modo que o primeiro capítulo permite fazer luz a educação especial no Brasil, sendo que para tanto foi evidenciado de forma sistematizada os Planos Nacionais de Educação e as legislações atuais referentes as pessoas com deficiência (física, mental, intelectual).

No segundo capítulo, a temática restringe-se aos alunos com Síndrome de Down, os quais mediante a presença da síndrome acabam possuindo um discernimento reduzido, refletindo no aprendizado. A princípio, o capítulo aborda o surgimento da síndrome, bem como expõe os fatores principais que contribuem para o seu surgimento e as estratégias elaboradas e implantadas na rede regular de ensino.

Concluindo o trabalho, o terceiro capítulo trata especificamente da análise de teses e dissertações da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), ante o rico acervo de

métodos e estratégias utilizados por pesquisadores nas salas de aula do ensino regular pelo Brasil.

1 - Os caminhos da Inclusão no Brasil

O conceito e o emprego do termo inclusão, como medida protetiva e garantidora de direitos, encontra-se relativamente novo no meio acadêmico e educacional, tendo em vista o início tardio das ações no século XIX. Ao caracterizar esse período inicial de buscas e compreensão da nova mudança social, o autor Mazzotta (2005) relata a importância da atuação do grupo acadêmico brasileiro no século XIX, o qual inspirado na revolução social de direitos na Europa e Estados Unidos, adaptou as ideias ao contexto social brasileiro.

Apesar da receptividade das novas políticas sociais, Mazzotta (2005) escreve sobre o período de desinteresse do próprio Estado brasileiro no avanço das pesquisas pertinentes ao tema “Inclusão”, sendo o trabalho desempenhado por particulares isolados, fato este que corroborou para o avanço tardio das políticas protetivas. Ao tratar sobre as fases de evolução educacional, Mazzotta (2005) divide os avanços sobre o tema em dois eixos importantes: “Período de 1854 a 1956 (iniciativas oficiais e particulares isoladas)” e “Período de 1957 a 1993 (iniciativas oficiais de âmbito nacional)”.

No período compreendido entre os anos de 1854 e 1956, iniciou-se o atendimento escolar especial voltado aos portadores de deficiência, mais precisamente na data de 12 de setembro de 1854, onde através do Decreto Imperial nº 1428 assinado por Dom Pedro II, instituiu-se o “Imperial Instituto dos Meninos Cegos”. Com o fim do império, o respectivo instituto foi renomeado para “Instituto Benjamin Constant” (IBC).

Diante do êxito na implementação de tal política, D. Pedro II também criou o “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”, em 1857, objetivando exclusivamente a educação literária e o ensino profissionalizante. Conforme o relato do autor Sucow (1986, *apud* Mazzotta), tanto o instituto de Cegos quanto o de Surdos-Mudos receberam oficinas para aprendizagem de ofícios, pautando os trabalhos na inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, sendo direcionado as oficinas conforme as limitações proporcionadas pela deficiência.

O sucesso dos respectivos institutos despertou a atenção de D. Pedro II, o qual passou a destinar uma quantia significativa para o custeio das atividades e formação de profissionais capacitados para atenderem os alunos com deficiência, tendo como objetivo ampliar o número de matrículas. O autor Mazzotta (2005) afirma em seu trabalho sobre a importante revolução social e acadêmica existente na época, pois a preocupação até então inexistente para com os deficientes, desencadeou no começo do século XX alguns trabalhos científicos importantes,

contribuindo para a expansão do número de institutos especializados, bem como na efetividade da política.

Já no período de 1957 a 1993, a política de inclusão ganha forma e passa a ser implantada a nível nacional, sendo utilizadas campanhas informativas para a conscientização da população. Nesse ínterim, Mazzotta (2005, p. 49) ressalta sobre a primeira campanha:

A primeira a ser instituída foi a *Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro – C.E.S.B.* – pelo Decreto Federal nº 42.728, de 3 de dezembro de 1957. As instruções para sua organização e execução foram objeto da Portaria Ministerial nº 114, de 21 de março de 1958, publicada no Diário Oficial da União de 23 de março de 1958.

A campanha inicial foi desenvolvida e instalada no Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, no Rio de Janeiro, e conforme o texto do próprio Decreto nº 42.728/57, tinha por finalidade “promover, por todos os meios a seu alcance, as medidas necessárias à educação e assistência, no mais amplo sentido, em todo o Território Nacional.

Transcorrido certo tempo após a criação da primeira campanha de promoção dos direitos das pessoas com deficiência, o surgimento do Decreto nº 48.252/60 proporcionou alteração estrutural na forma de atividade dos institutos, vez que conforme o relato do autor Mazzotta (2005, pg.50), a campanha inicial deixou de ser vinculada ao Instituto Benjamin Constant, adotando o nome de “Campanha Nacional de Educação de Cegos – CNEC”, criando subordinação imediata com o Ministro da Educação e Cultura.

Com o avanço notório dos direitos dos deficientes, no ano de 1960 foi instituída a “Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais – CADEME”, abrangendo e assegurando mais direitos ao público com deficiência, promovendo a educação, treinamento, reabilitação e assistência educacional das crianças retardadas e outras pessoas com deficiência de qualquer idade ou sexo (Mazzotta, 2005).

No ano de 1971, com a aprovação da Lei nº 5.692/71, a qual estabelece tratamento especial aos excepcionais, o governo adotou novas ações para gerir o ensino de 1º e 2º graus. Diante dos efeitos da nova lei, houve uma união entre o Conselho Federal de Educação (CFE) e a Federação Nacional das APAEs, no sentido de solicitar subsídios estatais para a consolidação dos tratamentos especiais, assim como na adoção de medidas urgentes para garantir a equidade entre os outros setores educacionais. (Mazzotta, 2005)

As propostas elaboradas pelas respectivas entidades foram levadas ao conhecimento do Grupo-Tarefa de Educação Especial, criado através da Portaria de 25 de maio de 1972, órgão este que em novembro de 1972 apresentou o Relatório de Planejamento para o Grupo-

Tarefa de Educação Especial do Ministério da Educação e Cultura do Brasil, contendo propostas para a estruturação da educação especial. (Mazzotta, 2005)

Tal relatório foi decisivo para a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), cuja finalidade restringiu-se a promoção, expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais. Segundo Mazzotta (2005), a implementação do CENESP ocasionou a extinção da Campanha Nacional de Educação de Cegos e a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais, concentrando todo o acervo financeiro e patrimonial nas mãos do CENESP.

Outrossim, na data de 1986 houve a transformação do CENESP em SESPE (Decreto nº 93.613/86 e Portaria do MEC 14 de abril de 1987), Secretaria de Educação Especial, criada na estrutura básica do Ministério da Educação como órgão central de direção superior. Com a criação e transferência da SESPE, do Rio de Janeiro para Brasília, o autor Mazzotta anota:

A transferência do órgão específico de Educação Especial, do Rio de Janeiro para Brasília, parece ter contribuído para romper ou diminuir, ainda que temporariamente, a hegemonia do grupo que detinha o poder político sobre a educação especial. Aos poucos, entretanto, alguns integrantes do mencionado grupo transferiram-se para Brasília e mantiveram-se ligados à educação de portadores de deficiência em órgãos do MEC e na CORDE. (2005, pg.59)

Em 15 de março de 1990 ocorreu a reestruturação do Ministério da Educação, oportunidade que fora extinta a SESPE, ficando suas atribuições vinculadas a Secretaria de Educação Básica (SENEB). Entretanto, no ano de 1990, através do Decreto nº 99.678/90, foi criado e designado o Departamento de Educação Supletiva e Especial (DESE), instituição esta que se incluiu na SENEB, ficando responsável por gerir os assuntos referentes à Educação Especial. (Mazzotta, 2005)

O instituto da SENEB funcionou até o ano de 1992, quando depois de ocorrido o episódio do impeachment do Presidente Fernando Collor de Mello, reestruturou-se os ministérios de governo, surgindo então a Secretaria de Educação Especial – SEESP.

O processo de inclusão escolar desenvolveu-se com afinco no Brasil e em demais países do mundo, a partir do ano de 1994, data esta que marca a Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais (UNESCO, 1994).

Diante da análise da eventual problemática existente na rede educacional, a autora Maria Teresa Eglér Mantoan (2006) tece duras críticas quanto ao respectivo sistema, salientando:

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam. A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazando. (MANTOAN, 2006, p. 12).

O posicionamento defendido por Mantoan (2006) diz respeito à precariedade das instituições de ensino, que segundo ela não podem continuar anulando e marginalizando as diferenças, sejam elas culturais, sociais, étnicas, inclusive nos casos de portadores de Síndrome de Down (SD) ou outras deficiências.

Por conseguinte, a autora Maria Antonieta Voivodic (2008) acredita que a inclusão de fato só é possível ante uma total reestruturação do projeto pedagógico escolar, removendo barreiras à aprendizagem e enfrentando as dificuldades que incidem na aprendizagem dos alunos.

No âmbito da SD, estudiosos da área ressaltam que para a criança venha a ser integrada na sociedade, antes ela tem que estar integrada na família, pois esta é o primeiro grupo social da criança e, através desse relacionamento familiar, é que a criança terá suas primeiras experiências.

Dessa forma, segundo o posicionamento de Maria Antonieta Voivodic (2008), a inclusão das crianças com SD deverá ser realizada nas escolas regulares de ensino, evitando a criação de escolas especiais que tecnicamente, excluem e rotulam ainda mais as pessoas com deficiência, reduzindo ainda mais o grau de aprendizagem destes indivíduos.

Pensando nesse sentido, a autora Voivodic cita os ensinamentos do autor Bueno (1997), o qual faz uma dura crítica às escolas especiais, as quais disseminam ainda mais a segregação dos indivíduos excepcionais, afirmando sobre este modelo de escola:

A educação especial tem cumprido, na sociedade moderna, duplo papel de complementaridade da educação regular. Isto é, atende por um lado à democratização do ensino, na medida em que responde às necessidades de parcela da população que não consegue usufruir dos processos regulares de ensino; por outro lado, responde ao processo de segregação da criança 'diferente', legitimando a ação seletiva da escola regular. (Bueno, *apud* Voivodic, 1997, p.59)

Respectivo argumento tem como objetivo demonstrar a atuação despreparada do Estado, haja vista que apesar dos meios garantidores de inclusão aderidos a escola regular, o desafio pautou-se no desenvolvimento pedagógico do indivíduo.

1.1 – Planos Nacionais de Educação e Legislações Atuais: a garantia da Inclusão

Transcorrido o processo evolutivo da Educação Especial no Brasil, fora iniciado diversas iniciativas governamentais para assegurar e difundir direitos sobre a Educação Especial, destacando-se a princípio a Lei nº 4.024/1961, a qual fixa as diretrizes e bases da Educação nacional.

Ao reafirmar o direito das pessoas com deficiência, o artigo 88 da Lei nº 4.024/1961, dispõe: “A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade”. Pode-se concluir, segundo Mazzotta (2005), que a Lei nº 4.024/1961 propõe que a educação dos excepcionais deveria adequar-se ao modelo de educação da população em geral, ou seja, não haveria investimentos suficientes para equiparar o nível educacional.

Já no ano de 1971, implantou-se a segunda lei de diretrizes e bases da educação nacional, Lei nº 5.692, a qual foi implantada durante o regime da ditadura civil militar, substituindo a Lei nº 4.024/1961. Essa lei trouxe em seu conteúdo a informação de que “deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial”.

Assim, a lei promulgada durante o regime militar não especificava sobre a inclusão na rede regular de ensino, sendo que a organização “Todos Pela Educação” (2014) aponta em seu artigo, sobre a criação de escolas especiais durante a vigência da Lei nº 5.692/71, as quais receberiam os alunos especiais.

Ao realizar uma análise minuciosa dos planos educacionais, o autor Mazzotta (2005) relata que em 1977, através da Portaria Interministerial nº 477, ocorreu a União dos Ministérios da Educação e Cultura e da Previdência e Assistência Social, com o objetivo de estabelecer novas diretrizes básicas para o atendimento de pessoas com deficiência. Outrossim, dentre os objetivos traçados pelo respectivo eixo, destacam-se:

[...] ampliar oportunidades de atendimento especializado, de natureza médico-psicossocial e educacional para excepcionais, a fim de possibilitar sua integração social e propiciar continuidade de atendimento a excepcionais, através de serviço especializado de reabilitação e educação [...] (MAZZOTTA, 2005, pg.71 e 72)

Dessa forma, o atendimento educacional, na visão de Mazzotta (2005), é caracterizado de forma preventiva e corretiva, exigindo-se para tanto um diagnóstico da excepcionalidade realizado por órgão competente. É perceptível através dessas diretrizes, que a educação

especial possui sentido clínico e/ou terapêutico, enquanto o atendimento educacional assume o caráter preventivo/corretivo.

No que tange as atribuições do Ministério da Educação e Cultura e do Ministério da Previdência Social, atribuiu-se ao primeiro o atendimento educacional e ao segundo o atendimento médico-social e a reabilitação.

Durante a análise do período de 1972 a 1985, percebe-se a integração e a racionalização do serviço de educação especial, destacando-se o crescimento do número de atendimentos aos excepcionais e o início de um eventual apoio técnico aos profissionais que atuam na área.

A posteriori, mais precisamente no ano de 1985, os estudos científicos evidenciaram a necessidade da redefinição da política de educação especial no Brasil, pleiteando a união de todos os setores da coletividade a fim de garantir: a participação, integração, normalização, interiorização e simplificação dos meios para auxiliar os excepcionais durante o período educacional e pós-educação.

Em 1986, o Centro Nacional de Educação Especial promulga a portaria CENESP/MEC nº 69, a qual é responsável por organizar e distribuir apoio técnico e financeiro à Educação Especial nos sistemas de ensino público e particular. A partir dessa fase, o autor Mazzotta (2005) enfatiza que a Educação Especial é entendida como parte integrante da Educação, ou seja, ela rege-se sobre os alicerces da educação, visando exclusivamente o desenvolvimento das potencialidades do educando com necessidades especiais.

Promulgada a Constituição Brasileira de 1988, após o período militar de intensa restrição de direitos e garantias, iniciou-se no Brasil um período protecionista, vez que havia necessidade de proteger o cidadão brasileiro. Por conseguinte, a nova Constituição Federal foi incisiva na parte de proteção social, sendo sancionado em seu artigo 203:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:
I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;
III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;
IV – a habilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

A implementação desse artigo na Constituição Federal de 1988, condicionou a atuação do Estado na garantia dos direitos das pessoas com deficiência, tendo como meta reintegrá-las à vida comunitária e garantir o mínimo para a subsistência do indivíduo e sua família.

No artigo 227 da Constituição Federal de 1988, o texto da respectiva normativa estabelece a educação como um dos principais direitos da criança e do adolescente, ao ponto de estabelecer diretrizes de atuação para garantir a efetividade das atividades propostas. Refletindo sobre as inovações proporcionadas pela Constituição de 1988, o autor Mazzotta (2005, pg.78) destaca que:

Além do ensino fundamental, em caráter obrigatório e gratuito para todos, é colocado como dever do Estado o oferecimento de programas suplementares necessários ao atendimento do educando nesse nível da escolarização. É também assegurado, preferencialmente na rede regular de ensino, o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência.

Seguindo a linha do texto constitucional, no título referente à Assistência Social, os constituintes, diante do caráter protecionista da nova constituição, definiram no art.203 a integração e promoção comunitária dos deficientes, bem como a garantia legal de 01 (um) salário mínimo, atendido as especificidades. Nesse sentido, o artigo 203 da Constituição Federal dispõe:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:
I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;
III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;
IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

O capítulo III da Constituição Federal, no título referente à “Educação, da Cultura e do Desporto”, o legislador também busca assegurar o direito a educação, como um dever do Estado e da família. Assim, o artigo 208 de Constituição Federal de 1988, inciso III, estabeleceu como obrigação do Estado “[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, deixando manifestado o desejo estatal em garantir a inclusão das pessoas com deficiência nas escolas comuns, minimizando qualquer forma de discriminação.

No tocante ao título “Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso”, a educação é retratada como direito fundamental da criança e do adolescente e, como dito anteriormente, assegurado pela família, Estado e sociedade como um todo. O artigo 227, parágrafo 1º, demonstra a parceria do Estado e de entidades não-governamentais na promoção íntegra da saúde a crianças e adolescentes, sendo suas condutas norteadas por alguns princípios, o qual se destaca o artigo 227, §1º, II:

[...] serão criados programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração do adolescente portador de deficiência mediante o treinamento para o trabalho e a convivência e a facilitação do acesso aos bens e serviços.

Ainda de acordo com os estudos de Mazzotta (2005), com o implemento da Constituição Federal de 1988, detentora de normas protecionista voltadas ao cidadão, ocorreu a implementação obrigatória e gratuita dos níveis escolares (fundamental e médio), atribuindo ao Estado o dever de garantir programas suplementares necessários ao atendimento do educando, não esquecendo de assegurar, preferencial na rede regular de ensino, o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência.

Para a autora Mantoan (2006), a Constituição Federal de 1988 elucida muitas controvérsias e respalda importantes avanços para a educação escolar das pessoas com deficiência, definindo o princípio da igualdade de condições de acesso e permanência na escola, atribuindo ao Estado o dever de garantir o livre acesso a todos os alunos.

Apesar da Constituição Federal de 1988 garantir a igualdade, vedada qualquer possibilidade de discriminação ou segregação, parte do texto constitucional direciona os alunos com deficiência intelectual para uma educação diferenciada e especializada, diante da impossibilidade prática de garantir o desenvolvimento do respectivo aluno na rede regular de ensino. Nesse sentido, Mantoan (2006, p. 57) dispõe:

O preferencialmente refere-se a atendimento educacional especializado, ou seja, aquilo que é necessariamente diferente no ensino para melhor atender às especificidades dos alunos com deficiência, abrangendo principalmente instrumentos necessários à eliminação das barreiras que as pessoas com deficiência naturalmente têm para relacionar-se com o ambiente externo, como por exemplo: ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, do código ‘Braille, uso de recursos de informática, e outras ferramentas e linguagens que precisam estar disponíveis nas escolas ditas regulares.

Ainda com relação ao período de 1986 a 1993, é oportuno registrar a Lei nº 7.853/1989, cujo teor normativo dispõe sobre normas gerais para o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência e sua efetiva inclusão social. Ilustrando a importância da lei, cumpre ressaltar a importância da declaração de motivos da Lei nº 7.853, a qual descreve com cuidado as diretrizes e intenções da respectiva norma:

Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

O respectivo teor normativo divide-se em 2 etapas distintas, haja vista que no primeiro momento os legisladores destacam o apoio estatal às pessoas com deficiência, enfatizando a integração social e normas organizacionais do órgão de proteção e garantia de direitos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

No segundo plano, é apresentado a gama de direitos tutelados pela Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, coletivos ou difusos, assim como define a atuação do Ministério Público, pautando seu funcionamento estrutural e definindo as condutas criminosas.

Na linha evolutiva da inclusão, o implemento do Estatuto da Criança e do Adolescente proporcionou uma nova gama de direitos e deveres, onde por sua vez a saúde das pessoas com deficiência passa a ser assistida pelo artigo 11 da lei nº 8069/1990, recebendo atendimento especializado, com direito a fornecimento gratuito de medicamentos, próteses e outros recursos para tratamento, habilitação ou reabilitação.

Não obstante, o tema educação também é tratado no presente estatuto, cuja importância é tratada de forma prioritária, haja vista que o texto da Constituição Federal de 1988 é novamente inserido no artigo 54 da lei nº 8069/1990, ressaltando o dever do Estado para com a educação de crianças e adolescentes, sem discriminação.

Ao realizar uma análise sobre a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente, Mazzotta (2005, pg.82) cita o texto da legislação federal de 1990, o qual diz:

Vale lembrar, no entanto, que este Estatuto é o conjunto dos direitos e deveres legalmente estabelecidos para toda crianças e adolescente, portador(a) de deficiência ou não. No que se refere à criança e aos adolescentes portadores de deficiência, essa legislação significa um importante caminho para o exercício de direitos até então

presentes em declarações genéricas e abstratas, mas muito poucas vezes praticados, por falta de mecanismos eficazes.

Seguindo a cronologia dos atos legais relativos à educação especial, em 1993 é aprovado o Projeto de Lei nº 101, da Câmara Federal, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, colocando a educação especial no contexto da educação escolar.

Destacando alguns pontos do Projeto de Lei nº 101/1993, o autor Mazzota (2005) destaca importantes características que auxiliam na implantação e fortalecimento da educação especial, sendo elas: a) expansão dos grupos que incluem a rol da educação especial; b) a inclusão da educação especial como modalidade de educação escolar; c) a preferência da inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular; d) a primazia e o apoio ao fortalecimento do currículo, o desenvolvimento do currículo e a qualificação dos professores.

Com base nas diretrizes aprovadas e discutidas no ano de 1994, através da Organização das Nações Unidas e a Declaração de Salamanca, novas reflexões tomam conta do cenário educacional, sendo que o princípio norteador se refere ao fato de que todo o aluno possui condições de aprender, desde que sejam respeitadas o reducionismo do seu desenvolvimento. Este período é caracterizado pelo novo formato das escolas inclusivas, onde para Mantoan (1997):

As escolas inclusivas propõem um modo de se construir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos que é estruturada em virtude dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (MANTOAN, *apud* DOS SANTOS, 2015)

Nesse sentido, o conceito de Escola Inclusiva estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, instituída pela Resolução CEB/CNE Nº 2/2001, impactou no regime interno do sistema de educação, ocasião em que o autor Rogério Augusto dos Santos (2015) aponta como mudanças significativas no antigo sistema de ensino, a reestruturação do projeto político pedagógico, a construção de seu currículo, sua metodologia de ensino, seu processo de avaliação e suas práticas pedagógicas.

No que se refere à evolução dos modelos de ensino da educação especial, é importante anotar os ensinamentos de Pillet (1998), o qual sintetiza todo esse período de evolução social:

[...] a evolução dos serviços de educação especial caminhou de uma fase inicial, eminentemente assistencial, visando apenas ao bem-estar da pessoa com deficiência para uma outra, em que foram priorizados os aspectos médico e psicológico. A fase seguinte foi caracterizada pela inserção da educação especial em nosso sistema geral de ensino. Hoje, a proposta de inclusão total e incondicional de alunos com deficiências nas salas de aula do ensino regular é a mais nova opção desses serviços. (PILLET, *apud* MANTOAN, 2003)

Para tanto, este novo modelo de ensino passou a acolher todos os alunos, sem distinção, fornecendo meios e recursos adequados, além de total apoio ao aluno com deficiência. Assim, conclui-se que a educação inclusiva compreende a união entre escolar regular e escola especial, onde a escola especial passa a figurar e existir dentro da escola regular, transformando o espaço em um local único para todos.

No atual modelo de ensino, o professor diante de uma sala com crianças que necessita de atenção especial, está diante de um grande desafio profissional e pessoal, pois o mesmo precisa desenvolver habilidades e muito embasamento teórico e prático, com o intuito de construir um conhecimento significativo e gradual para com o aluno especial, ou garantir meios para que o respectivo aluno se desenvolva dentro de sua própria capacidade cognitiva.

2 – Da Síndrome de Down ao Ensino Aprendizagem

A Síndrome de Down (SD) apresenta misticismo em meio à sociedade, oriundo a várias especulações a respeito de sua origem e transmissão de genes entre os seres humanos. Com o advento da engenharia genética e técnicas desenvolvidas exclusivamente para a análise e compreensão do genoma humano, foi possível o estudo minucioso de diversas síndromes raras, assim como a SD.

O médico John Langdon Down foi o pioneiro na pesquisa referente à respectiva síndrome, descrevendo as semelhanças entre um grupo de crianças que possuíam atraso mental. Em 1958, através de intenso estudo e pesquisa, o geneticista Jérôme Lejeune verificou uma alteração genética causada por um erro de distribuição cromossômica, apresentando 47 cromossomos ao invés de 46.

Esta alteração cromossômica é tratada pelos especialistas como trissomia do cromossomo 21, ocasião em que a Doutora Elaine Sbroggio de Oliveira Rodini (bióloga) e o Doutor Aguinaldo Robinson de Souza (Ciências na área de Físico-Química) informam sobre o assunto através do artigo “Síndrome de Down – Características e Etiologia”:

O mecanismo genético que leva à trissomia livre é a não disjunção do par de cromossomos 21 durante a gametogênese (meiose) de um dos genitores, resultado num óvulo ou espermatozóide com 24 cromossomos, devido à dissomia (dois cromossomos) do cromossomo 21. Após a fecundação será originado um embrião portador da SD. (1972, p. única)

A foto em questão demonstra a linha de cromossomos existente em uma pessoa com Síndrome de Down, totalizando o total de 47 cromossomos, fato este que expõe a trissomia 21.

Segundo as autoras Cecília Silva da Mata e Maria Izabel Barnez Pignata, do artigo científico “Síndrome de Down: Aspectos Históricos, Biológicos e Sociais”:

Alterações provocadas pelo excesso de material genético no cromossomo 21 extra determinam as características típicas da síndrome de Down (SD) que são: comprometimento intelectual, aprendizagem lenta, hipotonia (diminuição do tônus muscular, responsável pela língua protusa), dificuldades motoras, atraso na articulação da fala e, em 50% dos casos, cardiopatias, olhos oblíquos, rosto arredondado, mãos menores com dedos mais curtos, prega palmar única e orelhas pequenas. (2014, p. 2)



Fonte: Características – Movimento Down

Essas características são marcantes nos indivíduos com Síndrome de Down, traços estes que remontam a 5200 a.C., onde através do estudo do antropólogo e cientista Starbuck, localizou-se na Ilha de Santa Rosa (Califórnia, EUA), um esqueleto com face achatada, olhos afastados, dentes pequenos e ossos pequenos.

Nesse sentido, a autora Patrícia Almeida relata em seu artigo “Síndrome de Down na História”, com base nos estudos de Starbuck, a presença de estatuetas Olmecas na região do México (1500 a.C. e 300 d.C.), objetos estes que retratam a existência de pessoas com Síndrome de Down. O povo Olmeca relacionava a existência da Síndrome de Down com entidades divinas, acreditando que os nascidos com síndrome de Down eram o cruzamento de mulheres com o jaguar, a mais alta entidade do povo Olmeca.

Apesar do tratamento diferenciado das crianças com síndrome de Down pelos povos Olmecas, a tendência não prosperou, sendo popularizada a cultura do infanticídio de crianças com deficiência no período grego e medieval. Segundo a explanação de J. S. Schwartzman, na obra de Pignata e Mata (1999):

[...] na cultura grega, principalmente a espartana, os indivíduos com deficiência eram abandonados. Esses atos eram justificados pela crença de que eram criaturas não-humanas. Nas sociedades européias mais antigas, os portadores de deficiência eram desprezados: bebês que apresentassem quadro evidente de deficiências, como a SD, estavam sujeitos a morrer por inanição ou devorados por animais selvagens. Na Idade Média, os portadores de deficiência eram considerados fruto da união não abençoada por Deus, e por isso, mãe e filho eram queimados vivos em praça pública. (SCHWARTZMAN *apud* PIGNATA e MATA, 1999)

A cultura de infanticídio prosperou nessa fase, vez que as políticas eram voltadas para pessoas “saudáveis” e de “fé”, não sendo atribuída nenhuma proteção a figura da criança com deficiência. Estes períodos culturais marcaram uma fase crítica na Europa, de intenso período militar e doutrinação religiosa.

No período da renascença, marcado pela explosão cultural e artística na Europa, diversos artistas retrataram a sociedade da época, dando ênfase na sociedade elitista. Conforme o relato de Pignata e Mata, as autoras esclarecem sobre o período renascentista:

Na renascença, há muitas pinturas que retratam pessoas com características da SD, como por exemplo a obra *Madona dos Humildes*, pintada em 1437 pelo frade carmelita Filippo Lippi (1406-1469). Outros artistas retrataram crianças com SD em seus quadros, em que anjos apresentam características muito semelhantes às de crianças com SD. O pintor flamengo Jacob Jordaens (1593-1678) representou sua esposa, portadora da síndrome, em vários de seus quadros, inclusive em sua famosa obra *Adoração dos Pastores*, pintado em 1618. (2014, p.única)

Atualmente no Brasil vemos a atualização estatal em prol das minorias, ou seja, o fortalecimento de leis e políticas públicas visando à garantia de direitos em prol das pessoas com deficiência. Entretanto, carece de atenção os dados estatísticos referentes às deficiências, vez que a cobertura do Censo abrange apenas o ano de 2010.

Por conseguinte, é digno de estudo a cartilha do Censo de 2010, a qual trata de analisar a incidência de pessoas com deficiência no território nacional:



Fonte: Características Gerais da População, Região e Pessoas com Deficiência - IBGE

Através do gráfico, é perceptível que no ano de 2010 cerca de $\frac{1}{4}$ da população brasileira possuía algum tipo de deficiência, sendo em grande parte o público feminino afetado. Conforme exposto pelos técnicos do Censo 2010, o Governo Federal estabelece políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, assegurando como prioritário o público com deficiência de grau severa, em situação de extrema vulnerabilidade social.

Não obstante os trabalhos desenvolvidos na área, é importante frisar a correlação entre as regiões mais populosas do Brasil e as regiões com menor taxa de crescimento organizacional/estrutural, os quais incidem diretamente no índice de pessoas com deficiência.



Fonte: Cartilha Censo 2010 - IBGE

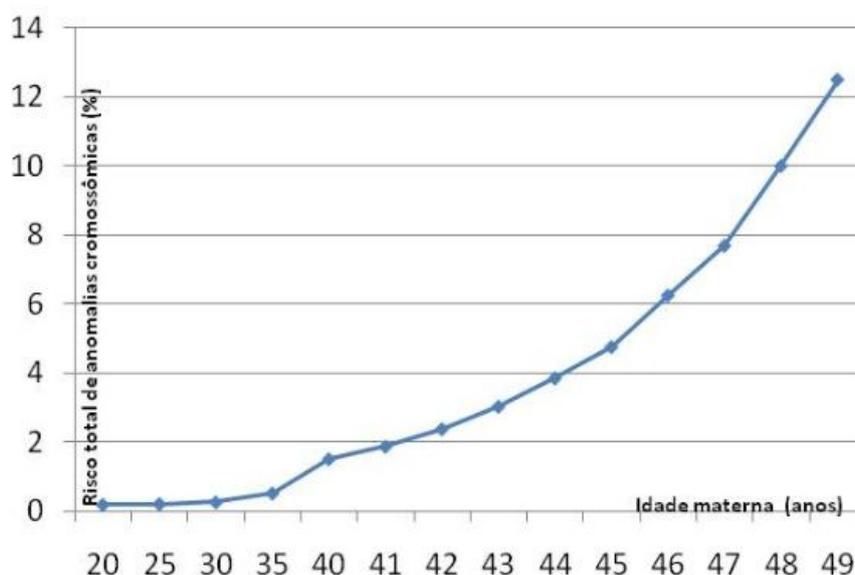
O gráfico em questão aborda a problemática das regiões menos desenvolvidas, estabelecendo uma relação entre a ausência de condições básicas de saúde, educação e qualidade de vida e o aumento da população com deficiência nessas áreas de extrema pobreza. Após análise dos dados, o Censo 2010 corrobora a tese de que a deficiência tem forte ligação com a pobreza, sendo os programas governamentais de erradicação de pobreza a melhor saída para a problemática.

No tocante a Síndrome de Down, vemos a maior incidência da deficiência nas regiões de maior concentração populacional, como as regiões Sudeste, Nordeste e Norte, haja vista os dados estatísticos apresentados pelo site Movimento Down, o qual estima que de cada 700 nascimentos, 1 criança apresenta características da Síndrome de Down.

Com base nos dados fornecidos pelo último censo de 2010, o Brasil possui uma população de 270 mil pessoas com Síndrome de Down, ocasião em que os dados coincidiram com a pesquisa organizada pela National Down Syndrome Society, nos Estados Unidos, nas mesmas proporções de 1-700 nascimentos, perfazendo o total de 400 mil pessoas com Síndrome de Down.

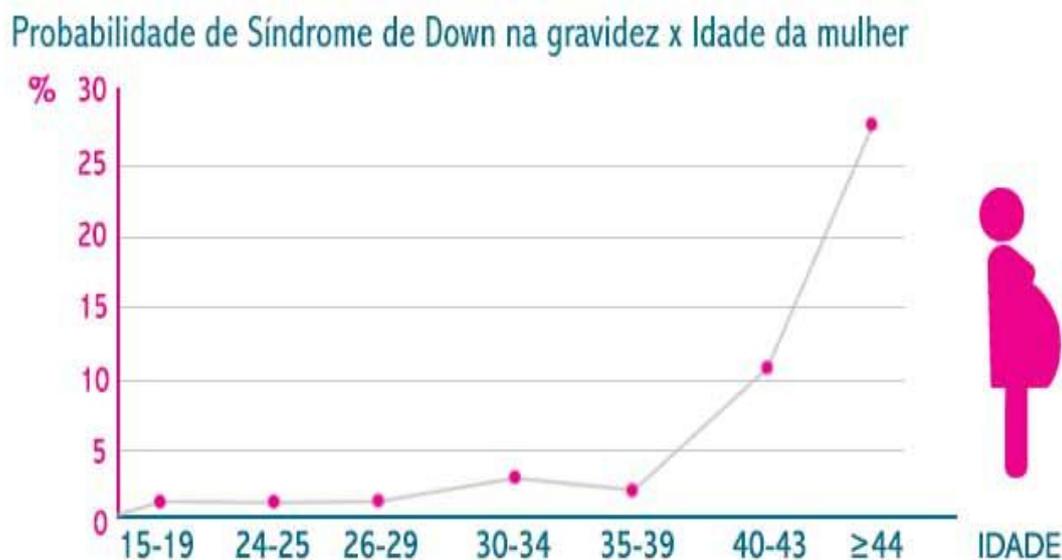
Pesquisadores em todo mundo estudam com determinação os fenômenos que acarretam não apenas a trissomia 21, como outras anomalias cromossômicas que influenciam na formação e desenvolvimento do ser humano, sendo apresentado dois gráficos do Instituto Pró-Criar medicina reprodutiva:

RISCO TOTAL DE ANOMALIAS CROMOSSÔMICAS DE ACORDO COM IDADE MATERNA



Fonte: Pró-Criar medicina reprodutiva

O primeiro gráfico fornece informações a respeito das anomalias cromossômicas, vez que a curva do gráfico aumenta conforme a idade da mulher, não havendo indícios de que a idade do homem interfira na probabilidade da anomalia.



Fonte: Pró-Criar medicina reprodutiva.

Mediante análise do 2º gráfico apresentado pelo Instituto Pró-Criar, é perceptível o aumento da probabilidade da predominância da Síndrome de Down em gestações de mulheres com idade acima de 39 anos, ou seja, as anomalias cromossômicas se desenvolvem com mais facilidade ante a idade da mulher, acarretando ainda gestações de risco para criança e a mulher.

2.1 – Políticas Públicas e a Garantia de Direitos Sociais, Culturais e Educacionais

No campo de garantia de direitos, é fundamental citar a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão) pelo Senado Federal no ano de 2015, lei esta que assegura mudanças na vida de milhões de pessoas com deficiência no Brasil (Lei nº 13.146/2015).

O site “Federação down” analisa os critérios e normativas dispostas no novo texto legal, vez que a atual lei de inclusão garante as pessoas com deficiência, o exercício completo

de seus direitos em diversas esferas sociais, em que a sociedade se prepara para receber a pessoa com deficiência.

A vigência da respectiva lei acarreta impactos na vida na vida de parte da população brasileira, sendo os efeitos estendidos a um público até então marginalizado e excluído, o qual é digno de atenção e proteção. Inicialmente, é importante esclarecer o conceito de deficiência, implementado pela Lei nº 13.146/2015, artigo 2º:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A justificativa do até então projeto de lei, é garantir a efetividade dos direitos das pessoas com deficiência, incluindo-as na vida social, sendo o Estado obrigado a fornecer políticas públicas de sucesso.

Ao dispor sobre os principais direitos adquiridos pelas pessoas com deficiência no século XXI, cumpre salientar a implementação do salário mínimo através do BPC (Benefício de Prestação Continuada), benefício este instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8742/1993).

Nesse sentido, segundo as definições do Ministério do Desenvolvimento Social sobre o BPC:

O benefício de prestação continuada da Lei Orgânica da Assistência Social é a garantia de um salário mínimo mensal ao idoso acima e 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de 2 anos), que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. (2015, p. única)

O 2º direito digno de menção, refere-se à isenção no imposto de renda, onde através da implementação da Lei nº 7713/1988, o legislador garante isenção do recolhimento do imposto de renda, proventos de aposentadoria ou reforma motivada, as pessoas com deficiência listados no rol da lei, desde que devidamente comprovados por junta médica específica.

Segundo o rol elencado pela Lei nº 7713/1988, artigo 6º, inciso XIV, o benefício da isenção incide sobre:

Art. 6º, inciso XIV - [...] portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase,

paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget, contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida [...].

Outrossim, é importante citar o surgimento do passe livre federal (interestadual), haja vista que a Lei nº 8899/94 concede o benefício do passe livre as pessoas com deficiência e comprovadamente carentes. Diante do exposto, o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil pontua sobre o assunto (2014, p. única):

O Passe Livre é um programa do Governo Federal que proporciona a pessoas com deficiência e carentes, gratuidade nas passagens para viajar entre os estados brasileiros. O passe livre é um compromisso assumido pelo governo e pelas empresas de transporte coletivos interestadual de passageiros para assegurar o respeito e a dignidade das pessoas com deficiência.

Ainda no quesito transporte, a resolução 304 de 18 de dezembro de 2008 do CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito), dispõe sobre as vagas de estacionamento destinadas exclusivamente a veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência e com dificuldade de locomoção. Conforme o texto da respectiva resolução, a credencial é válida por todo o território nacional, sendo requisitada no próprio departamento de trânsito no município do usuário.

É oportuno informar que as pessoas com Síndrome de Down não são impedidas de dirigir, desde que sejam considerados aptos nos exames de aptidão física e mental, bem como na avaliação psicológica, redação esta tipificada na resolução 267 do CONTRAN. Não obstante, a respectiva resolução garante a pessoa com deficiência a isenção do pagamento de taxas estaduais relativas a primeira emissão ou renovação da Carteira Nacional de Habilitação.

Uma vez adquirida a Carteira Nacional de Habilitação, a pessoa com deficiência também conta com descontos na aquisição de bens móveis, como o caso de veículos automotores. Segundo as informações do site da Receita Federal, ocorrerá a isenção de IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados), IOF (Imposto Sobre Operações Financeiras) e ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

Frisa-se que apesar dos benefícios instituídos e regulamentados pela Receita Federal, a isenção dos impostos sobre veículo automotor fica restrita a condições específicas, sendo estas listadas através da matéria jornalística do site “Reclame Aqui” (2017): aquisição com isenção poderá ser realizado uma vez a cada 2 anos (IPI); isenção do IOF poderá ser utilizada

apenas 1 vez; aquisição com isenção poderá ser realizado uma vez a cada 2 anos, sendo o proprietário impedido de vender o veículo pelo prazo de 2 anos (ICMS).

O sistema de ensino no Brasil avança conforme o fortalecimento de garantias e direitos das pessoas com deficiência, deste modo, a Lei Estadual 5074 de 17 de julho de 2007 consolidou a instituição de cotas para estudantes carentes, sendo reservado 5% do total de vagas nas universidades públicas estaduais para pessoas com deficiência.

Já no ano de 2007, ocorreu na cidade de Nova York a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência, ocasião em que o Brasil se tornou signatário das propostas pactuadas na convenção. Em 09 de julho de 2008 o Congresso Nacional aprovou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, transformando o mesmo no decreto nº 6949/2009, destacando-se os seguintes princípios:

[...] Os princípios da presente Convenção são:

- a) O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas;
- b) A não-discriminação;
- c) A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade;
- d) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade;
- e) A igualdade de oportunidades;
- f) A acessibilidade;
- g) A igualdade entre o homem e a mulher;
- h) O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade.

Insta salientar um importante documento elaborado no ano de 2008, pelo grupo de trabalho instituído pelo Ministério de Educação, o qual diz respeito à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, definindo como objetivo identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos.

Como forma de estratégia de ensino, o grupo de trabalho do MEC (2008) defende a disponibilidade de programas de enriquecimento curricular, aliado ao ensino de linguagens e códigos específicos, bem como técnicas envolvendo tecnologia assistida, estratégias estas articuladas em consonância com a proposta pedagógica do ensino comum. Ao dispor sobre os métodos de aperfeiçoamento da educação especial, cita-se a seguinte passagem:

O atendimento educacional especializado é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida

autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos. (MEC, 2008)

Aliado a essas técnicas, o estudo tratado anteriormente estabelece uma profunda conexão com o professor, entendendo a necessidade de investir na formação do profissional, por meio de capacitação continuada, expandindo seu conhecimento sobre o tema, de modo que os alunos com deficiência tenham mais possibilidades de apropriação do conteúdo. (MEC, 2008)

Corroborando com os avanços das políticas públicas no século XXI, na data de 26 de junho de 2009 também é aprovada a Lei nº 11.958, a qual cria a Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, vinculada a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Quanto às competências estatais, no âmbito de proteção e garantia de direitos, o artigo 24 da lei 11958/2009 dispõe:

Art. 24. À Secretaria Especial dos Direitos Humanos compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes voltadas à promoção dos direitos da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias e à defesa dos direitos das pessoas com deficiência e promoção da sua integração à vida comunitária, bem como coordenar a política nacional de direitos humanos, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH, articular iniciativas e apoiar projetos voltados para a proteção e promoção dos direitos humanos em âmbito nacional, tanto por organismos governamentais, incluindo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, quanto por organizações da sociedade, e exercer as funções de ouvidoria nacional de direitos humanos, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias.

Destarte, é perceptível uma preocupação da sociedade mundial com os temas sociais, principalmente referente à minimização do preconceito e segregação do público com deficiência, haja vista os recorrentes encontros internacionais para discutir e planejar meios de atuação estatal. Cumpre destacar os estudos acadêmicos voltados ao tema em questão, abrangendo questão de relacionamento social, no âmbito escolar e profissional, bem como nas próprias relações interpessoais, nos núcleos familiares.

Corroborando com os devidos implementos legais, a Lei nº 12796/2013 acarretou grande impacto na organização da rede de ensino no Brasil, pelo fato de estabelecer novas diretrizes e bases. Segundo o exposto pelo Ministério da Educação (2013), as crianças brasileiras devem ser matriculadas na educação básica a partir dos 4 anos de idade, sendo esta diretriz imposta de forma obrigatória, e gratuita.

Assim, conforme entendimento da Lei nº 12796/2013, o MEC (2013) trata de forma pormenorizada os pontos de destaque da lei, garantindo acesso à educação, conforme a seguinte passagem:

As alterações na Lei de Diretrizes e Bases também englobam educação especial. De acordo com a Lei nº 12796/2013, entende-se por educação especial a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. O texto também garante que o Poder Público adotará como alternativa preferencial a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública.

Conforme o exposto, a Lei nº 12796/2013 define os novos parâmetros para a rede de ensino, a qual deverá garantir o acesso livre a todas as pessoas, sem qualquer discriminação, ao ponto de obrigar o Estado a desenvolver e manter políticas inclusivas na rede regular de ensino.

2.2 – A Criança com Síndrome de Down, a escola e as estratégias de ensino aprendizagem

Através dos conceitos expostos anteriormente, o ordenamento jurídico brasileiro se organizou no intuito de garantir a inclusão e o ensino para todos, independentemente do grau de dificuldade e/ou deficiência. Para tanto, ocorreu a obrigatoriedade da matrícula das crianças no ensino fundamental, a partir dos 4 anos, oportunidade em que as APAES e as escolares regulares de ensino se organizaram para atender as demandas.

Ao traçar um perfil de aprendizagem específico, a organização Movimento Down (MD) esclarece em seu artigo que as crianças com síndrome de down apresentam pontos fortes e fracos no perfil de compreensão de conteúdos, logo, a primeira técnica seria a análise do profissional visando identificar a dificuldade e os pontos fortes, manejando de forma adequada as atividades. (MD, 2013)

Fatores que facilitam a aprendizagem podem ser relacionados através de sinais (gestos) e apoio visual, a imitação de comportamento pelo meio das atitudes de colegas e adultos, além de atividades práticas. Por outro lado, fatores de inibição também permeiam a vida dos alunos com síndrome down, sendo as mais típicas: a) deficiência visual; b) deficiência auditiva; c) atraso nas atividades motoras grossas e finas; d) dificuldades de fala e linguagem; e) memória auditiva de curto-prazo reduzida; f) período de concentração menor;

g) dificuldades de generalização, pensamento abstrato e raciocínio; h) dificuldade de consolidação e retenção; g) comportamento. (MD, 2013)

Diante do rol extenso de fatores de inibição, estudos foram iniciados sobre o respectivo tema a fim de atender à necessidade das pessoas com Síndrome de Down, consubstanciando em diversas estratégias de ensino e aprendizagem, que podem ser simplificados através da matéria publicada pelo site Movimento Down, no ano de 2013:

FATOR DE INIBIÇÃO	ESTRATÉGIAS
Deficiência visual	<ul style="list-style-type: none"> - coloque o aluno perto das primeiras fileiras na sala de aula; - ofereça figuras e texto impresso maiores; - garanta que todos os materiais na escola tenham alto contraste e visibilidade; - use apresentações simples e claras, com poucos detalhes;
Deficiência auditiva	<ul style="list-style-type: none"> - coloque a criança perto do adulto em um trabalho de grupo; - fale diretamente à criança; - acentue o início e o final das frases; - reforce a fala com expressões faciais, sinais ou gestos; - reforce a fala com apoio visual;
Atraso nas atividades motoras grossas e finas	<ul style="list-style-type: none"> - certifique-se de que ao sentar o aluno possa descansar os pés em uma superfície sólida; - use uma prancha inclinada para ela escrever ou coloque um livro para permitir que a criança sente com a postura reta; - providencie prática extra; - use atividades variadas e materiais multissensoriais;
Dificuldades de fala e linguagem	<ul style="list-style-type: none"> - ouça cuidadosamente;

	<ul style="list-style-type: none"> - garanta contato visual e olhar nos olhos; - use a linguagem simples e familiar, e frases curtas e concisas; - evite vocabulário ambíguo; - reforce instruções faladas com imagens impressas, fotos, diagramas, símbolos e materiais concretos; - evite perguntas fechadas e encoraje a criança a falar mais do que declarações de uma palavra só;
Memória auditiva de curto-prazo reduzida	<ul style="list-style-type: none"> - use uma quantidade de palavras limitada para dar instruções de uma só vez; - dê tempo à criança para processar e responder à demanda verbal; - ensine palavras novas usando o método “relacione, selecione, nomeie”;
Período de concentração menor	<ul style="list-style-type: none"> - ofereça uma variedade de atividades curtas, focadas e de definição clara; - mude a atividade regularmente; - varie o nível de demanda de tarefa para tarefa; - dê intervalos frequentes das tarefas propostas; - encoraje os colegas a brincar com a criança ou perto dela;
Dificuldades de generalização, pensamento abstrato e raciocínio	<ul style="list-style-type: none"> - não acredite que a criança vai transferir conhecimento automaticamente; - ensine novas habilidades usando uma variedade de métodos e materiais concretos e visuais; - ofereça explicações e demonstrações extras; - encoraje a resolução de problemas;

Dificuldade de consolidação e retenção	<ul style="list-style-type: none"> - ofereça tempo extra e oportunidades para repetições adicionais e reforço; - apresenta novas habilidades e conceitos de maneiras variadas, usando materiais concretos, práticos e visuais sempre que possível;
Comportamento	<ul style="list-style-type: none"> - certifique-se de que as regras estejam claras; - certifique-se de que o aluno entende o que é esperado dele; - certifique-se de que toda a equipe que a criança precisa ser disciplinada junto com seus colegas, e que a equipe esteja ciente das estratégias que são e serão usadas; - use instruções claras e curtas e linguagem corporal clara para reforço: explicações longas demais e raciocínios excessivamente complexos não são apropriadas;

Fonte: Movimento Down – Um perfil de Aprendizagem Específico

Portanto, apesar das inúmeras estratégias relacionadas anteriormente, estudiosos continuam analisando e compreendendo a interação social/efetividade dessas técnicas, tanto a nível escolar quanto familiar, ao ponto de identificar falhas e melhorias nas estratégias.

Nessa linha de raciocínio, é importante citar a perspectiva de desenvolvimento a partir dos pressupostos da teoria histórico-cultural de Lev Vygotsky, o qual confirma a tese de que a vida em sociedade, regida primordialmente por relações sociais, transformou-se na base para a construção e o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. (TADA e SOUZA, 2009)

Com base nessa afirmação, os estudos de Vygotsky demonstram que a função psíquica superior, aquelas que caracterizam o comportamento consciente do homem, inicia seu desenvolvimento por meio da interação social, logo, o autor demonstra a importância da utilização de técnicas e métodos integrados com o meio social da criança com deficiência, almejando o fortalecimento das funções psicológicas superiores.

Corroborando com esse entendimento, ao tratar sobre os caminhos alternativos e recursos especiais, a autora Maria Cecília Goés cita os ensinamentos de Vygotsky:

[...] diante da condição de deficiência é preciso criar formas culturais singulares, que permitam mobilizar as forças compensatórias e explorar caminhos alternativos de desenvolvimento, que implicam o uso de recursos especiais. O déficit orgânico não pode ser ignorado, mas é a vida social que abre possibilidades ilimitadas de desenvolvimento cultural, o qual “borra a dominação natural da insuficiência orgânica ou, falando com mais exatidão, torna-a histórica”. (VYGOTSKY *apud* GOÉS, 2002)

Definitivamente o estudo de Vygotsky trouxe novos parâmetros para o desenvolvimento da educação especial, desde o momento da compreensão dos fatos que auxiliam na construção da função psicológica superior, até a questão do desenvolvimento de atividades alternativas de aprendizado. Na tabela citada anteriormente, realizou-se a compreensão das limitações do indivíduo e o estudo do contexto social do indivíduo, situação esta que ensejou o planejamento adequado das atividades realizadas dentro e fora da sala de aula.

Neste sentido, salientamos que nosso trabalho assume a perspectiva dos pressupostos da teoria histórico-cultural para analisar os resultados da pesquisa desenvolvida no banco de dados do IBICT, visando identificar quais as estratégias de ensino-aprendizagem que são mencionadas por estas produções e de que forma corroboram para a efetivação da inclusão dentro da sala de aula.

3 – Análises dos levantamentos de Dados das produções científicas sobre a criança com SD e o Ensino Aprendizagem

Visando ampliar conhecimentos e compreender os avanços dos estudos sobre a Síndrome de Down (SD), em especial as estratégias de ensino aprendizagem que vem sendo utilizadas para atender o público da Educação Especial, recorre-se as publicações de autores que buscam contribuir com o tema. Partindo desse princípio, fora realizada uma pesquisa no banco de teses e dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), vez que o respectivo portal é considerado um dos melhores e mais abrangentes sites de conteúdo acadêmico, contendo valioso acervo de teses e dissertações.

Ao iniciar a pesquisa foi utilizado a palavra-chave Síndrome de Down e Ensino aprendizagem, ocasião em que foram encontrados setenta e nove (79) trabalhos publicados, sendo estes apresentados entre o ano de 1994 e 2017. Levando em consideração os avanços e conquistas, tanto no âmbito social como no político, priorizaram-se as análises de 10 trabalhos produzidos a partir do ano de 2010 até o ano de 2016, os quais apontam avanços significativos nas estratégias de ensino.

É importante esclarecer que as pesquisas abordadas neste capítulo possuem como parâmetro os pressupostos da Teoria Histórico Cultural de Vygotsky, onde as leis gerais do desenvolvimento são iguais para todas as crianças, sem qualquer exclusão. Nesse sentido, Maria Cecília Rafael de Góes (2002) compartilha a idéia de organização sociopsicológica da criança com deficiência, cujas possibilidades compensatórias do individuo concretizam-se através das relações interpessoais.

Como forma de justificar a necessidade da organização sociopsicológica da criança com deficiência, Góes ressalta:

Assim, o funcionamento humano vinculado a alguma deficiência depende das condições concretas oferecidas pelo grupo social, que podem ser adequadas ou empobrecidas. Não é o déficit em si que traça o destino da criança. Esse destino é construído pelo modo como a deficiência é significada, pelas formas de cuidado e educação recebidas pela criança, enfim, pelas expectativas que lhe são propiciadas. (2002, p. 99)

Seguindo essa perspectiva, faz-se necessário uma maior organização de políticas públicas em torno das pessoas com deficiência, garantindo acesso e receptibilidade dos mesmos em qualquer meio social, visando à garantia de um processo humano de interação,

favorecendo o desenvolvimento de suas potencialidades. Deste modo, as pesquisas relacionadas nesse trabalho tratam de analisar políticas e estratégias de ensino aprendizagem por elas abordadas.

De início é interessante destacar a pesquisa: “Interações discursivas envolvendo crianças com Síndrome de down: Diálogos com mães e professores”, em que a autora Cleide Barros Jucá (2010) visa em sua pesquisa compreender o diálogo das crianças com síndrome de down no contexto escolar e familiar.

Tal estudo teve como fundamentação teórica Vygotsky, que em sua concepção acredita que o desenvolvimento cognitivo se constrói nos intercâmbios pessoais. Participaram da pesquisa como objeto de estudo três crianças com síndrome de Down, uma do sexo feminino e duas do sexo masculino, também colaboraram suas mães e suas professoras, constituindo assim um grupo de seis pessoas, tal grupo fora dividido em três pares, mãe-criança e professora-criança.

Ao buscar compreender como se dá o diálogo da criança com Down, o presente estudo usou como estratégia sessões de reprodução de desenho, onde o adulto narrava uma cena e a criança descrevia a mesma em uma folha de papel da maneira que ela conseguiu compreender, para acontecer essa descrição, a criança era estimulada a estar em constante diálogo com o adulto, logo facilitaria o seu entendimento ao passar para o papel a cena descrita pelo adulto.

Ao presenciar a interação da criança com o adulto, a autora buscou observar como essas duplas reagiam e quais avanços conseguiam em termos de postura corporal e linguagem verbal. Ao buscar compreender e analisar os resultados, a autora Ana Cleide Barros Jucá chegou à conclusão de que na aproximação da criança com mãe, o aluno se sentia mais à vontade e com mais liberdade para reproduzir a cena descrita. (JUCÁ, 2010)

Já com a professora a criança ficava um pouco mais introvertida, porém isso não chegou a ser um empecilho na produção de seu desenho, enfim ambas as interações são de extrema importância para o ensino aprendizagem e autonomia do sujeito, pois através dessa troca de experiências e estímulos a criança terá seu desenvolvimento em constante evolução. (JUCÁ, 2010)

Por meio da pesquisa, é importante destacar a participação da família no ambiente escolar, acompanhando em todos os níveis educacionais a criança, com o objetivo de fortalecer ainda mais os laços familiares, bem como aproximar o professor da família. O êxito da pesquisa supramencionada se norteia através das relações interpessoais entre os

envolvidos, quebrando a barreira de receptibilidade da criança e favorecendo seu desenvolvimento.

Ao entrarmos nessa temática, prosseguimos com a base da teoria histórico-cultural de Vygotsky, assim é preciso citar a pesquisa de Christiane Milagre da Silva Rodrigues, a qual aborda em um estudo de caso envolvendo duas alunas com Síndrome de Down do ensino fundamental, sendo uma aluna de 16 anos cursando a 7^o série, e a outra de 13 anos cursando o 6^o ano. (RODRIGUES, 2013)

A pesquisa tinha como objetivo compreender como o aluno com síndrome de Down aprendia matemática e quais estratégias poderiam ser usadas para facilitar essa aprendizagem. Ao fazer uma sondagem com as alunas, a autora percebeu que as meninas frequentando o ensino médio de uma escola regular tinha conhecimento matemático de uma criança da educação infantil. (RODRIGUES, 2013)

Ao perceber esses dados, Rodrigues (2013) pontua sobre a questão:

A escola em que estudam se coloca em um papel passivo e de pouco empenho em mudar a realidade das alunas, observando-as de longe. O poder público e a gestão escolar se omitem e não cobram resultados. A essas alunas não são aplicadas as mesmas sanções regras e imposições que os demais alunos. Entram e saem quando querem. Portam-se em sala de aula como lhes convém sem a mínima interpelação dos professores e estagiárias, pois seu comportamento não é questionado e muito menos seu aprendizado ou execução de tarefas escolares. (RODRIGUES, p. 98)

Pressuposto disto, a autora traz algumas estratégias que podem contribuir para a aprendizagem em matemática de alunos com síndrome de Down, para isso a autora iniciou suas estratégias de ensino levando em consideração o conhecimento falho ao qual obtiveram os objetos de estudos. A partir desta ideia a autora descreve em sua obra:

O sistema de avaliação das alunas aconteceu no decorrer de todo período de pesquisa e teve por finalidade detectar a evolução de seu pensamento matemático. Constitui-se de três documentos compatíveis com a proposta avaliativa do professor para os demais alunos, valendo 10 pontos cada um: uma pasta individual em que foram arquivadas as atividades desenvolvidas com finalidade de observar o desenvolvimento escolar dessas alunas além de duas avaliações escritas sobre conteúdos estudados por elas. O professor regente concordou em registrar as notas das alunas conforme as avaliações próprias desde que eu as elaborasse. (2013, p. 101).

Em todo momento a autora buscou os professores e estagiários presentes na instituição para troca de experiências e sugestões, com o intuito de aperfeiçoar os métodos de ensino

proposto por ela. Assim, Rodrigues (2013) procurava não dar ênfase as limitações dessas alunas, e sim valorizar e estimular suas potencialidades.

Ao observar a primeira aluna a quem a autora chama pelo nome fictício Alice, foi notado que a mesma tinha boa coordenação motora para copiar figuras, recortar e realizar colagens, porém muita dificuldade em compreender os exercícios propostos em sala de aula, chegando posteriormente ao conhecimento da estudiosa, que Alice não conhecia algarismos e nem a representação de sua escrita. (RODRIGUES, 2013)

A partir dessa constatação, a autora começou a usar jogos e figuras como recursos de aprendizagem, conseguindo em um curto espaço de tempo, fazer com que Alice reconhecesse o algarismo 1, inclusive conseguiu diferenciar seu nome dos demais. Apesar do esforço inicial, Alice demonstrou pouco interesse e resistência em relação ao conteúdo aplicado. (RODRIGUES, 2013)

Buscando uma forma de despertar a atenção de Alice e tornar a aprendizagem mais atrativa, a autora apresentou para a aluna o jogo “UNO” e explicou a ela algumas regras com base matemática. Com base nessa experiência, Rodrigues relata:

Numa determinada aula levei o jogo UNO, onde jogamos baseado na seguinte regra: a pessoa deveria selecionar dentre as cartas que estavam em sua mão uma que tivesse o mesmo número, símbolo ou cor da que foi jogada pelo adversário. Durante o jogo foram sendo explorados os numerais que apareceriam nas cartas (de 1 a 7). Alice entendeu as regras sem maiores dificuldades, e sempre preferia jogar o mesmo numeral que já aparecera na carta jogada anteriormente. Identificou o 1 e o 2, embora os confundisse um pouco com o 7 e o 5 respectivamente. Também pedi que se reparasse em outras todas as cartas com 1 e com o 2. Como o 1 não houve problemas e sempre que o número aparecia parava e me avisava antes de separar a carta. Ainda apresentava dificuldade em localizar o 2, apesar de identificá-lo na carta. (RODRIGUES, 2013, p. 104)

Nesse ínterim, é possível notar alguns avanços de Alice em relação à identificação do número 1 e do número 2, fato este que não acontecia antes da mediação da respectiva autora. Em outro momento Rodrigues (2013) levou a história dos três porquinhos com o intuito de trabalhar com Alice o número 3, momento em que a aluna demonstrou interesse na atividade proposta e, depois de ouvir a história ficou atenta aos questionamentos feitos pela autora. (RODRIGUES, 2013)

A presente pesquisa demonstrou as possibilidades de desenvolvimento da criança com SD, pois em conjunto com os estagiários e professores, conseguiu identificar estratégias pedagógicas que despertaram a atenção da aluna, introduzindo de forma gradativa o conteúdo matemático na rotina de Alice.

Corroborando com o caso em análise, a autora chegou à conclusão de que a aluna não alcançou um resultado espetacular na disciplina de matemática, mas conseguiu grandes avanços após ser apresentada a vários métodos de aprendizagem. No caso da segunda aluna, denominada pela autora como Barbara, foram utilizados os mesmo métodos de ensino no caso Alice, sendo apresentado alguns resultados positivos no âmbito matemático. (RODRIGUES, 2013)

Com base nas pesquisas citadas anteriormente, é necessário destacar a importância do processo de trabalho do monitor da educação especial, o qual será a ponte de mediação entre professor e aluno. A utilização do processo de mediação não retira a autonomia do professor em sala de aula, pelo contrário, ele garante uma maior interação entre o técnico (professor) e o aluno com Síndrome de Down, processo este que se expande na medida em que o aluno com deficiência encontra-se em contato com outras crianças da rede regular de ensino.

Este processo de integração entre alunos é amplamente citado pelo autor Vygotsky, chegando ao ponto de desenvolver a teoria da chamada “Zona de Desenvolvimento Proximal” (ZPD). Ao definir o conceito da teoria ZPD, Vygotsky anota:

[...] a distância entre o nível de desenvolvimento atual determinado pela resolução de problemas e o nível de desenvolvimento potencial determinado pela resolução de problemas sob orientação ou em colaboração com parceiros mais capazes. [...] (VYGOTSKY, *apud* CHAIKLIN, 2011)

A concepção dessa teoria pressupõe uma maior interação entre as pessoas (alunos e técnicos) para o aperfeiçoamento e recebimento dos conteúdos programáticos, ou seja, o aluno com Síndrome de Down interage com o meio (sociedade) para garantir o aprimoramento do seu próprio desenvolvimento. Seguindo esse raciocínio, o autor britânico Seth Chaiklin (2011) sustenta que uma pessoa consegue realizar um número de tarefas, entretanto, esse número de tarefas pode ser maior, caso ocorra à colaboração de mais pessoas (alunos e técnicos).

Objetivando aprimorar a teoria ZPD, Chaiklin (2011) esclarece 2 importantes pontos a serem seguidos, sendo o primeiro atribuído a figura do professor/mediador/aluno mais competente que irá interagir com o aluno com Síndrome de Down, influenciando direta/indiretamente o aluno. É digno de nota que o segundo apontamento diz respeito à aptidão do aluno com deficiência, pois uma vez identificado os pontos de dificuldade, um trabalho mais adequado e proporcional ao aluno com deficiência pode ser designado.

Visando compreender as técnicas de ensino, destaca-se também o desenvolvimento da linguagem escrita, cuja autora Aline Nathalia Marques (2016) realiza profundos ensinamentos sobre o tema, haja vista que em seu trabalho de dissertação ela buscou entender com um estudo de caso, tendo como referencial a psicologia histórico cultural, o aprendizado da linguagem escrita do indivíduo com SD.

A autora pontua algumas estratégias usadas pela professora no processo de ensino, sendo mencionada a contação de história como uma delas, ocasião em que a professora apresentou aos alunos a história do índio “KAUÃ”. Através da história, a professora desenvolveu o tema “Água” com os alunos, tema este inserido na própria história. (MARQUES, 2013)

Dessa forma a professora perguntou a seus alunos inclusive ao aluno com SD, qual o local onde poderia ser encontrado a água, momento em que os alunos se mostraram eufóricos para responder, dando vários exemplos de onde poderia ser encontrado a água. Entretanto, o aluno com SD não demonstrou interesse em responder nem tão pouco esboçou alguma reação, pelo contrario, era perceptível que ele ao ser indagado pela professora sobre o assunto ficava brincando com seu estojo e não dava atenção à professora, mostrando desinteresse pelo conteúdo trabalhado. (MARQUES, 2013)

Em seguida foi dado ao aluno, uma folha de papel na intenção de que ele respondesse o por que a água é importante, oportunidade que a professora escreveu o nome do aluno de forma pontilhada, para que dessa forma ele contornasse e escrevesse seu próprio nome. (MARQUES, 2013)

Notasse que a professora tentava dar o máximo de autonomia ao aluno e buscava a todo o momento incluí-lo nas atividades feitas em sala aula, inclusive ela não diferenciava os métodos de ensino aplicado aos demais alunos, ou seja, as atividades feitas pelo aluno com SD eram as mesmas aplicadas aos colegas de classe, fato este que contribuiu para o interesse do respectivo aluno. (MARQUES, 2013)

Com o passar dos dias o aluno objeto de estudo começou a perceber que seus colegas de classe copiavam da lousa, então instantaneamente ele também começou a copiar as atividades do quadro, contudo seus traços eram apenas garatujas (desenhos, rabiscos, símbolos). Ao observar a situação, a professora buscou apoiar o aluno com SD, estimulando-o a fazer a persistir na iniciativa da escrita. (MARQUES, 2013)

Nesse ínterim, é de extrema importância ressaltar que em nenhum momento a professora deu maior atenção para as limitações do aluno, pelo contrario, era visto que a todo o momento ela trazia a criança para a realidade vivida no cotidiano dos demais alunos,

observando uma melhora no rendimento escolar do mesmo, inclusive com sinais de avanço. Através dessas evoluções, a professora explorava ainda mais os conteúdos aplicados em sala, conseguindo com que o aluno aprendesse mais e, ao aprender, se sentia seguro e motivado. (MARQUES, 2013)

Por tanto, seguindo a linha histórica cultural, a qual defende a ideia de que a escrita é de extrema importância para o desenvolvimento intelectual e social, é de suma importância citar a pesquisa de Maria Karolina de Macedo Silva (2010), que em sua dissertação “A escrita e a criança com Síndrome de Down: uma relação possível na escola regular”. O presente estudo enfatiza a importância do trabalho em grupo para o desenvolvimento do aluno com SD.

Nesse ínterim, Vygotsky afirma que “que a criança se constitui como sujeito a partir das relações interpessoais, ou seja, é durante essas trocas interativas que as crianças vão internalizando conhecimentos e funções sociais.” (VYGOTSKY *apud* SILVA, 2010)

Dessa forma a criança tem mais chance de desenvolvimento no âmbito educacional, e através do contato com outras crianças conseguem trocar experiências e assim sendo o trabalho realizado em sala de aula se torna mais prazeroso e menos difícil de ser realizado pelo aluno com SD.

Seguindo essa linha de raciocínio o trabalho de Maria Karolina de Macedo Silva (2010), aborda algumas estratégias de ensino utilizadas por uma professora de escola regular com um aluno com Síndrome de Down. A primeira delas consiste na organização de uma pequena lista, a qual o professor elaboraria e iria conter quatro palavras com as seguintes características: polissílaba, trissílaba, dissílaba e monossílaba.

Em seguida seria entregue uma folha ao aluno, ocasião em que o professor responsável pela mediação propôs que à medida que ditasse as palavras da lista, o aluno as escreveria na folha de forma espontânea, ou seja, da maneira que ele conseguisse escrever.

Logo depois o professor pediria ao aluno que fizesse a leitura das palavras que conseguiu escrever, em como apontasse as letras, sílabas ou palavras que conseguiu escrever. Ao longo desse processo é perceptível o quanto a mediação do professor é essencial para o êxito do aprendizado.

Mais adiante a professora propôs ao aluno uma nova lista, a qual continha alguns nomes que faziam parte de seu contexto social, visando compreender se a inclusão de palavras utilizadas constantemente na rotina do aluno com SD seria mais rapidamente compreendida pelo aluno, facilitando o desenvolvimento da escrita.

Pressuposto disto, o pesquisador e professores observaram que o aluno obteve melhor desempenho quando as palavras apresentadas a ele não eram estranhas, ou seja, quando ele conhecia a palavra conseguia escrevê-la melhor, ao contrario do emprego de novas palavras, as quais incidiam na resistência do aluno.

Diante dessa evidência, é perceptível a forte ligação entre os alunos com Síndrome de Down e os fatores inseridos nos seus próprios contextos sociais, os quais quando devidamente utilizados no meio escolar, garantem uma porcentagem maior de aprendizado. O fato em questão ressalta ainda mais a necessidade de levar em conta o fator histórico cultural do individuo, atribuindo valor ao seu cotidiano e logrando êxito nos procedimentos de ensino aprendizagem.

Contribuindo com o trabalho da autora Maria Karolina de Macedo Silva (2010), é oportuno citar o trabalho de dissertação de Camila Bonagamba (2016), “Aprendizagem de substantivos e adjetivos por meio de leitura compartilhada das crianças com desenvolvimento típico e com síndrome de Down”.

No estudo de Bonagamba (2016), a mesma utiliza uma lista de frutas conhecidas pelos alunos e outra lista de frutas incomuns. Através desse método, o objetivo de Camila Bonagamba vem de encontro com o de Maria Karolina Macedo, pois ambas possuem como meta identificar a reação dos alunos ao serem apresentados por figuras ou palavras pertencentes ao seu cotidiano, e também observar como eles reagiam e desenvolviam as atividades propostas quando o assunto não fazia parte de seu contexto social. (BONAGAMBA, 2016)

Em suma, constata-se através das duas pesquisas que os alunos com Síndrome de Down obtiveram melhor desempenho nas atividades de escrita propostas, quando as estas iam de encontro com sua realidade diária.

Levando em consideração a importância das relações sociais e das atividades que contribuiu para o desenvolvimento vital e psicológico no processo de construção do ser humano, cabe citar ainda o trabalho de Ariana Aparecida Nascimento Santos (2014), “A atividade da dança como possibilidade de inclusão social e desenvolvimento da função psicológica superior da memória em crianças com Síndrome de Down”.

Ao apresentar sua proposta de ensino, Santos (2014) afirma:

Entendemos que se a atividade de dançar ocorrer de forma orientada numa direção educativa humanizadora e se for devidamente trabalhada de forma lúdica, valorizando a ação do professor para a consolidação desse processo, poderá

possibilitar considerável desenvolvimento psicológico para as crianças, sobre tudo para a criança deficiente. (2014, p.26)

O objetivo de Santos (2014) era o de analisar quais pontos a criança com Síndrome de Down se desenvolveria com mais eficiência ao praticar a dança, pressuposto disto a autora nota uma melhora considerável na memória e no aspecto inclusivo dessas crianças. Buscando compreender as múltiplas relações sociais e suas influências no desenvolvimento humano, a autora Ariana Santos baseia sua pesquisa na perspectiva histórica cultural.

Vygotsky afirma:

[...]. Ao invés de definirmos esses sujeitos de forma generalizada devemos observar as causas de sua deficiência, investigar como a própria criança consegue lidar com esse fenômeno e, feito isso, devemos criar condições e apontarmos caminhos para que os educadores “lutem contra os defeitos dos quais sofrem os sujeitos. (VYGOTSKY *apud* SANTOS, 2014)

A partir dessas considerações, Santos (2014) aponta algumas estratégias que contribuíram para o desenvolvimento dos alunos, tais estratégias foram aplicadas por meio de aulas de dança, ao aplicar essa aula à professora não exigia um padrão nos movimentos, ou seja, o aluno ficava à vontade para se expressar, afinal o objetivo era analisar o potencial de criação do aluno.

Em um segundo momento a autora propôs atividades como brincadeiras rítmicas, memorização de música, passos, sequência e coreografias simples com o objetivo de que os alunos se expressassem de diferentes formas de linguagem corporais e também explorando o desenvolvimento da memória dos alunos.

Ao encerrar seu estudo, a autora Santos (2014) chegou à conclusão de que o trabalho cultural e de inclusão deve inserido no âmbito educacional, de maneira que as especificidades de cada um sejam respeitadas, e jamais vista como um obstáculo.

No tocante a dissertação da autora Beatriz Spagnol (2012), a mesma desenvolve o tema “A problematização das tarefas de casa no contexto da educação inclusiva: um estudo de caso”, trabalho este realizado com o estudo de casa de uma criança com Síndrome de Down (SD), matriculado no 2º ano do Ensino Fundamental. Destarte, o objetivo principal da tese é acompanhar e analisar como as tarefas de casa estão sendo propostas pela professora. (SPAGNOL, 2012)

Neste ínterim, a autora divide o trabalho de pesquisa em 3 ramos, sendo eles:

[...] 1) a percepção sobre a tarefa da professora e da mãe com base nas entrevistas iniciais; 2) a reflexão sobre a prática da tarefa, conforme a discussão nos encontros reflexivos com a professora; 3) as possibilidades de mudanças na proposição das tarefas, tendo com referência as entrevistas finais da professora e da mãe, após toda a reflexão sobre as tarefas de casa, nos encontros reflexivos com a professora. (2012, p. 51)

Através dos apontamentos apresentados pela autora, optou-se por realizar uma entrevista com a professora referente à designação das tarefas, momento em que a mesma confirma repassar as tarefas de forma igual para todos os alunos, não discriminando as atividades, pois a professora justifica que a mãe da criança com SD irá auxiliar o mesmo durante a realização da tarefa. Por sua vez, a genitora da criança com SD informa que apesar das dificuldades de uma família (emprego, atividades domésticas, dentre outras) ela reserva parte de seu horário para auxiliar na tarefa do aluno especial, esclarecendo ainda não ter instruções para o melhor método de auxílio. (SPAGNOL, 2012)

Diante da constatação, a presente dissertação corrobora para a inexperiência da escola e dos profissionais perante a deficiência intelectual, fato este que contribuiu para uma sobrecarga na família e na criança com SD, impactando o seu desenvolvimento cultural. Assim, conclui-se da presente obra que a tarefa de casa deve ser reformulada, com atividades que despertem a atenção do aluno especial, como: pesquisas, atividades lúdicas com brinquedos e imagens, utilização de vídeos e músicas. (SPAGNOL, 2012)

Contribuindo com o ensinamento, é importante mencionar a tese da autora Denise Tamaê Borges Sato, intitulada “A construção da identidade de gênero na educação inclusiva: letramento e discurso”, cujo objetivo busca compreender as atividades recorrentes de letramento inseridas nas práticas do contexto da escola inclusiva. (SATO, 2013)

Ao desenvolver a pesquisa, a autora Sato define os parâmetros de atuação com base no estudo do gênero, discurso e letramento, aspectos estes relevantes para a compreensão do fenômeno identitário, ligado à prática da inclusão de alunos e alunas especiais no ensino regular. Por sua vez, optou-se pelo uso da pesquisa etnográfica, em que o principal foco é o estudo da cultura e o comportamento de determinados grupos sociais, e o método discursivo.

Iniciando as investigações, Sato optou por realizar o trabalho em 2 escolas de Goiás e 2 escolas no Distrito Federal, todas públicas e com oferta do ensino regular, que atendessem jovens com SD incluídos em salas do 6º ao 9º anos.

Nas escolas de Goiás, Sato (2013) constatou que o Atendimento Educacional Especializado era ofertado de maneira diversa da prevista pelo MEC, pois o ensino e acompanhamento eram ofertados por educadoras de apoio, as quais ficam junto ao aluno com

SD dentro da sala. Por outro lado, as escolas do Distrito Federal divergem do modelo das escolas de Goiás, vez que o Atendimento Educacional Especializado atua no desenvolvimento e acompanhamento do plano de trabalho do jovem com SD, assim como na formação continuada do professor. (SATO, 2013)

Ocorre que segundo as normativas do MEC, tal função é restrita aos professores/regentes, cujas atribuições de ensino definem um atendimento igualitário dentro da sala de aula para todos os alunos, podendo sim ocorrer o auxílio dos educadores como forma de complementação à inclusão. (SATO, 2013)

Afirmando esse entendimento, a autora Sato esclarece:

Segundo a compreensão do MEC sobre Educação Especial, a distinção entre ensino regular e ensino especial ocorre nos momentos de atendimento do AEE, em que o/a educando/a trabalhará suas habilidades para acompanhar o ensino regular. A escolarização é tarefa da sala de aula, sendo o atendimento educacional especializado desincumbido dessa obrigação, porque não tem perfil de escolarização, mas de complementação com fins de desenvolvimento para a inclusão. (2013, p. 101)

Pode-se mencionar que ao estabelecer uma comparação entre o Estado de Goiás e o Distrito Federal, o primeiro atribui a escolarização ao Atendimento Educacional Especializado, enquanto o segundo garante o processo de escolarização ao professor, conforme próprio entendimento do MEC.

Outro objetivo de análise diz respeito ao letramento, compreendido como sendo o uso da leitura da escrita para manusear e consumir textos, sendo necessária a participação em conjunto dos professores e a equipe voltada ao Atendimento Educacional Especializado, com meta de garantir a transmissão do real sentido do letramento para todos os alunos da sala de aula.

Concluindo o trabalho, a autora Denise Sato cita a questão do gênero (homem e mulher) no Atendimento Educacional Especializado, fazendo duras críticas a respeito da desvalorização da profissão “professor”, tendo em vista que a função esta se tornando exclusivamente feminina e, cada vez mais voltada para a produção, não importando a qualidade do conteúdo ensinado. (SATO, 2013)

Destarte, é importante citar o trabalho da autora Ana Aparecida Barby (2013), que realizou uma pesquisa qualitativa com aplicação de programa de intervenção realizada a partir do aporte teórico da psicologia cognitiva da leitura

Dentre os meios utilizados para substanciar o trabalho, a autora formou um grupo de pesquisa com 5 crianças e adolescentes com Síndrome de Down (SD), com idades entre 9 e 15 anos, sendo que nenhum deles possuía perda auditiva ou visual não corrigida, nem alterações neurológicas. Todas as etapas foram desenvolvidas no Laboratório de Educação Especial da Universidade Estadual do Centro-Oeste, na cidade de Guarapuava/PR.

A aplicação do programa foi realizada de forma individual e adaptativa, ou seja, foi adequada conforme a dificuldade de cada indivíduo, sendo realizadas pausas intermitentes para descanso, fato este que corroborou para o avanço gradativo da escrita e leitura dos alunos.

Ao explicar os objetivos da pesquisa em questão, frisa-se a justificativa da autora Barby:

O objetivo principal desta pesquisa foi o de planejar, aplicar e avaliar os resultados produzidos pela implementação de um programa de intervenção psico-pedagógica que englobou o ensino explícito dos nomes e sons das letras do alfabeto associado ao treinamento de habilidades com vistas à aprendizagem da leitura e da escrita, em crianças com Síndrome de Down que estavam iniciando o processo de alfabetização. (2013, p. 177)

No intuito de atender o objetivo, pautou-se a pesquisa em 2 métodos distintos, sendo que no primeiro ocorreu a intervenção com atividades que visam o ensinamento dos nomes e sons de letras para crianças com SD, logrando êxito na compreensão dos princípios alfabéticos por parte dos alunos especiais. O segundo método tratou de uma abordagem analítica da leitura, obtendo novamente um resultado positivo através da decodificação de pseudopalavras e palavras novas. (BARBY, 2013)

Finalizando a pesquisa da autora Barby (2013), a mesma deixa claro a importância de se aplicar as técnicas pedagógicas de leitura e escrita nas salas de aulas, visando atender os alunos com SD, não se olvidando de que cabe à escola alfabetizar todos os alunos, propondo alternativas educacionais adequadas aos alunos.

Visando contribuir com o trabalho da autora Ana Aparecida Barby, é digno de nota a tese da autora Bárbara de Lavra Pinto, intitulada “Consciência Fonológica e Habilidades de Escrita em Indivíduos com Síndrome de Down: um estudo longitudinal”.

Nesse sentido, a autora define com umas das metas a serem atingidas, a análise da evolução da escrita e o desempenho das tarefas de consciência fonológica (CF) com alunos com Síndrome de Down (SD). Partindo desse pressuposto, em segundo momento ocorrerá à

identificação de quais habilidades de CF evoluíram e quais regrediram ou não tiveram êxito. (PINTO, 2014)

Outrossim, a presente tese também analisará a estreita relação entre a CF e o desenvolvimento da escrita nos alunos com SD, sendo que para tanto faz-se necessário a compreensão da memória de curta duração dos alunos com SD. (PINTO, 2014)

A fim de compreender esses métodos, Bárbara Pinto (2014) inicia sua tese com a participação de 10 alunos com SD, com idade média de 14 anos, os quais foram avaliados através da CF e da memória de curta duração, durante os anos de 2008 e 2012.

Ao finalizar os dados, a autora constatou que ocorreu um avanço significativo no procedimento de leitura e de CF nos alunos com SD, todavia, algumas tarefas como síntese e segmentação de sílabas, produções de rimas, segmentação e transposição de fonemas, permaneceram inalteradas. Por fim, os resultados mostram a reciprocidade entre a escrita e a consciência fonológica, apresentando resultados satisfatório nos alunos com SD, entretanto, também fora observado a interferência da memória de curta duração em alguns alunos, a qual influência de forma direto o aprendizado da linguagem escrita. (PINTO, 2014)

Ao realizar a análise das respectivas teses, é conclusivo que a atual rede de ensino no Brasil esta se adequando as políticas de proteção e inclusão, aliada ao fato dos inúmeros trabalhos acadêmicos que norteiam os avanços da área.

Com relação aos métodos de trabalho utilizados pelos autores, compreendendo as interações lúdicas (dança), visuais (maçãs, desenvolvimento da escrita, leitura e imagens que remetem ao cotidiano do aluno) e sonoras (músicas, sons pertencentes à cultura do indivíduo) como forma de atrair e estimular o desenvolvimento, contribuíram positivamente para o desenvolvimento gradativo do aluno com Síndrome de Down.

Por sua vez, conclui-se que o sistema de educação especial no Brasil está avançando em passos largos para o indicado, sendo a base principal instituída na própria rede regular de ensino, com o auxílio de técnicos competentes e dispostos a superar qualquer dificuldade no ramo do aprendizado especial. Neste ínterim, todas as técnicas e métodos utilizados pelos pesquisadores denotam cuidado especial com a integração escola-família, tendo em vista que ambos estão intimamente ligados no processo de evolução do aluno com Síndrome de Down, sendo de fundamental importância a análise e integração do contexto social ao qual esta inserido o respectivo aluno, como forme de garantir o ensino adequado e significativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em consonância com as inovações advindas do século XXI, destaca-se o esforço da organização internacional para implantar e garantir direitos básicos a todos os indivíduos, fato este que mobilizou o Estado brasileiro em prol das políticas públicas sociais e educacionais, principalmente em relação as pessoas com deficiência. Conforme exposto, as transformações ocorreram tanto em forma de benefícios pessoais (impostos, descontos, dentre outros), quanto em direitos (social, educacional, cívico), garantindo a inclusão em todos os ambientes e punindo práticas de preconceito e cerceamento de direitos.

No decorrer do presente trabalho, foi feito um apanhado de leis que respaldam as pessoas com deficiência, mais precisamente com Síndrome de Down, compreendendo as estratégias de ensino usadas no âmbito, assim como as falhas estruturais que contribuem para a dificuldade do sistema de inclusão na rede regular de ensino.

Pelo exposto no trabalho, diversas entidades atuam na defesa e garantia de direitos, principalmente em torno da população com deficiência presente no território brasileiro. As APAES representam o marco inicial das políticas de atendimento a essa demanda crescente, sendo constantemente trabalhado esse tema buscando a integração das políticas com a rede regular de ensino.

No tocante ao ensino nas escolas, constataram-se diversas políticas e estratégias elaboradas por alguns pesquisadores, visando fortalecer a recepção do conhecimento nos alunos com síndrome de down, sendo para tanto elaborado técnicas chamativas e repetitivas, com a meta de atrair a atenção do usuário. Por conseguinte, as técnicas devem superar as deficiências, o olhar aos indivíduos, tocando os técnicos para uma abordagem metodológica mais humana, sem discriminação.

É perceptível que em pleno século XXI, o uso de recursos tecnológicos aprimora e auxilia os técnicos durante a elaboração e transmissão das aulas, ocasião em que se faz necessário o investimento e capacitação de profissionais, de forma constante e atualizada, priorizando as relações e transmissão de conhecimento.

Desta forma, o presente trabalho destacou algumas técnicas na rede de ensino, dando ênfase aos trabalhos de pesquisa (universitários) que se estendem sobre o tema e contribuem de forma precisa para o aperfeiçoamento do método de transmissão e recepção de conteúdo por parte dos estudantes com síndrome de down.

Por conseguinte, o ensino deve ultrapassar as barreiras da condição física do indivíduo, logo, não deverá apenas ser instituído um olhar preciso e humano aos profissionais da educação, mas também deverá ser analisado o contexto social ao qual esta inserido o aluno com Síndrome de Down. Aliado a estes fatos, as possibilidades expostas pelos pesquisadores reforçam a ideia da qualificação dos planejamentos de aula, uma vez que o domínio do professor deve ser total sobre a sala de aula, compreendendo todos os pontos de dificuldade e facilidade, objetivando o êxito no desenvolvimento de todos os alunos, sem qualquer discriminação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF: Diário da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, 1988.
- BARBY, Ana Aparecida de Oliveira Machado. **Desenvolvimento de habilidades metafonológicas e aprendizagem da leitura e da escrita em alunos com síndrome de down**. 2013.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: edições 70.
- BONAGAMBA, Camila. **Aprendizagem de substantivos e adjetivos por meio de leitura compartilhada para crianças com desenvolvimento típico e com síndrome de down**. Universidade de São Paulo, 2016.
- FREITAS, Ernani Cesar de; PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade FEEVALE, 2013.
- GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Relações de Desenvolvimento Humano, Deficiência e Educação: Contribuições da Abordagem Histórico-Cultural**. São Paulo : Moderna, 2002.
- JUCÁ, Cleide Barros. **Interações envolvendo crianças com síndrome de down: Diálogos com mães e professores**. Universidade Federal de Pernambuco, 2010.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LUIZ, Flávia Mendonça Rosa e, dentre outros. **A inclusão da criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino: desafios e possibilidades**. Revista Brasileira de Educação Especial, 2008.
- MACEDO, Maria Karolina de. **A Escrita e a criança com síndrome de down: uma relação possível na escola regular**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2006.
- MARQUES, Aline Nathalia. **Escolarização de um aluno com síndrome de down**. Universidade Federal de São Carlos, 2016.
- MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **Integração Escolar do Portador da Síndrome de Down: um Estudo sobre a Percepção dos Educadores**.
- MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. 2005.

PINTO, Bárbara de Lavra. **Consciência fonológica e habilidades de escrita em indivíduos com síndrome de down: um estudo longitudinal**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

RODRIGUES, Christiane Milagre da Silva. **Ensino-aprendizagem de matemática para alunos com deficiência: como aprende o sujeito com síndrome de down**. Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

SANTOS, Ariana Aparecida Nascimento. **A atividade da dança como possibilidade de inclusão social e desenvolvimento da função psicológica superior de memória em crianças com síndrome de down**. Universidade Estadual Paulista, 2014.

SANTOS, Rogério Augusto dos. **Inclusão Escolar: A implementação da Política de Educação Inclusiva no Contexto de uma Escola Pública**. Juiz de Fora/MG, 2015.

SATO, Denise Tamaê Borges. **A construção da identidade de gênero na educação inclusiva: letramento e discurso**. Universidade de Brasília, 2013.

SPAGNOL, Beatriz Aparecida. **A problematização das tarefas de casa no contexto da educação inclusiva: um estudo de caso**. Universidade Estadual Paulista, 2012.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VOIVODIC, Maria Antonieta M. A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. Cartilha do Censo 2010. **Pessoas com Deficiência**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/cartilhasdeficiente/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia.pdf>>. Acessado em: 02 outubro 2017.

_____. Cérebro & Mente. **Síndrome de Down: Características e Etiologia**. Disponível em: <<http://www.cerebromente.org.br/n04/doenca/down/down.htm>>. Acessado em: 06 junho 2017.

_____. CHAIKLIN, Seth. **A Zona de Desenvolvimento Próximo na Análise de Vygotsky**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722011000400016>. Acessado em: 04 novembro 2017.

_____. Federação Down. **Senado Aprova a Lei Brasileira de Inclusão**. 11 junho 2015. Disponível em: <<http://www.federacaodown.org.br/portal/index.php/noticias/direito/107-senado-aprova-a-lei-brasileira-de-inclusao>>. Acessado em: 01 outubro 2017.

_____. Fundação Síndrome de Down. **O que é Síndrome de Down**. Disponível em: <<http://www.fsdn.org.br/sobre-a-sindrome-de-down/o-que-e-sindrome-de-down/>>. Acessado em: 13 setembro 2017.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, 20 dez. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acessado em: 10 maio 2017.

_____. Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas. **Diário Oficial da União**. Brasília, 24 out. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm>. Acessado em: 20 maio 2017.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 13 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acessado em: 20 maio 2017.

_____. Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009. Altera as Leis de nº 7.853, de 24 de outubro e 1989, e 10.683, de 28 de maio de 2003. **Diário Oficial da União**. Brasília, 26 jun. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11958.htm>. Acessado em: 02 junho 2017.

_____. Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 04 abril 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm>. Acessado em: 07 setembro 2017.

_____. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União**. Brasília, 06 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acessado em: 10 maio 2017.

_____. MATA, Cecília Silva da. PIGNATA, Maria Izabel Barnez. **Síndrome de Down: Aspectos Históricos, Biológicos e Sociais**. Disponível em: <<https://www.cepae.ufg.br/up/80/o/TCEM2014-Biologia-CeciliaSilvaMAta.pdf>>. Acessado em: 02 setembro 2017.

_____. Minha Vida. **Síndrome de Down: sintomas, tratamento e causas**. Disponível em: <<http://www.minhavidacom.br/saude/temas/sindrome-de-down>>. Acessado em: 29 setembro 2017.

_____. Ministério da Educação. **Crianças terão de ir à escola a partir de 4 anos de idade**. Brasília, 05 abril 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/18563-criancas-terao-de-ir-a-escola-a-partir-do-4-anos-de-idade>>. Acessado em: 15 outubro 2017.

_____. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acessado em: 23 junho 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Inclusão: revista da educação especial**. Brasília, jun. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf>>. Acessado em: 02 outubro 2017.

_____. Ministério das Cidades - DENATRAN. **Resolução CONTRAN nº 267**. Brasília, 25 fevereiro 2008. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=108968>>. Acessado em: 01 outubro 2017.

_____. Ministério das Cidades - DENATRAN. **Resolução CONTRAN nº 304**. Brasília, 18 dezembro 2008. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/1725.pdf>. Acessado em: 01 outubro 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência**. Brasília, 22 junho 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/bpc>>. Acessado em: 01 outubro 2017.

_____. Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. **Passe Livre**. Brasília, 06 abril 2017. Disponível em: <<http://www.transportes.gov.br/direto-ao-cidadao/passe-livre.html>>. Acessado em: 01 outubro 2017.

_____. Movimento Down. **Estatísticas**. 23 dezembro 2012. Disponível em: <<http://www.movimentodown.org.br/2012/12/estatisticas/>>. Acessado em: 01 outubro 2017.

_____. Movimento Down. **Síndrome de Down na História**. Disponível em: <<https://www.movimentodown.org.br/sindrome-de-down-na-historia-parte-01/>>. Acessado em: 08 agosto 2017.

_____. Movimento Down. **Um perfil de aprendizagem específico**. 13 maio 2013. Disponível em: <<http://www.movimentodown.org.br/2013/05/um-perfil-de-aprendizagem-especifico/>>. Acessado em: 15 outubro 2017.

_____. Pró Criar Medicina Reprodutiva. **Aconselhamento Genético**. Disponível em: <<http://www.procriar.com.br/aconselhamento-genetico>>. Acessado em: 03 junho 2017.

_____. ReclameAqui. **10 Direitos a pessoas portadoras de Síndrome de Down**. 20 março 2017. Disponível em: <https://noticias.reclameaqui.com.br/noticias/10-direitos-a-pessoas-portadoras-de-sindrome-de-down_2758/>. Acessado em: 01 outubro 2017.

_____. Revista Nova Escola. **Os desafios da Educação Inclusiva: foco nas redes de apoio**. Disponível em: <<http://www.revistaescola.abril.com.br/formacao/palavra-especialista-desafios-educacao-inclusiva-foco-redes-apoio-734436.shtml?page=0>>. Acessado em: 03 outubro 2017.

_____. TADA, Iracema Neno Cecílio. SOUZA, Marilene Proença Rebello de Souza. **Síndrome de Down, sentidos e significados: Contribuições da teoria histórico-cultural**. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432009000100002>. Acessado em: 03 novembro 2017.

_____. Todos pela Educação. **Conheça o histórico da legislação sobre inclusão**. 22 agosto 2014. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/31129/conhecao-historico-da-legislacao-sobre-inclusao/>>. Acessado em: 22 junho 2017.

_____. Universidade de Campinas. **Uma Escola mais que Especial**. Disponível em:
<http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/uma_escola_mais_que_especial>.
Acessado em: 01 julho 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Relatos de pesquisa da BDTD sobre Síndrome de Down Ensino Aprendizagem, de 2010 a 2016

Tabela 01: Relatos de Pesquisas

	Título	Autor	Ano	Instituição	Resumo
01	Interações discursivas envolvendo crianças com síndrome de down: Diálogos com mães e professores	Cleide Barros Jucá	2010	Universidade Federal de Pernambuco	<p>Esta pesquisa visa compreender os sujeitos com síndrome de down a partir de suas interações com pessoas participantes de seus ambientes escolar e familiar, considerados fundamentais em seu processo de desenvolvimento.</p> <p>Tendo como objetivo geral compreender como se constrói diálogo envolvendo crianças com síndrome de down em situação de interação com suas mãe e professoras, entendendo essas interações como situações de co-construção dos contextos familiar e escolar.</p>
02	A Escrita e a criança com síndrome de down: uma relação possível na escola regular	Maria Karolina de Macedo	2010	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	O presente trabalho teve por objetivo investigar o nível de conceptualização de escrita da criança com síndrome de down durante o processo de alfabetização, em uma escola regular da rede particular de ensino da cidade de Natal/RM.
03	A problematização das tarefas de casa no contexto da educação inclusiva: um estudo de caso	Beatriz Aparecida Spagnol	2012	Universidade Estadual Paulista	O objetivo da presente pesquisa foi acompanhar e analisar como as tarefas de casa estão sendo propostas pela professora de uma sala de aula regular para um aluno com síndrome de down, matriculado no 2º ano do Ensino Fundamental no período de um ano e verificar suas mudanças ocorridas na proposição de suas

					tarefas após encontros reflexivos com sua professora, e também investigar a concepção da mãe sobre as tarefas de casa.
04	A construção da identidade de gênero na educação inclusiva: letramento e discurso	Denise Tamaê Borges Sato	2013	Universidade de Brasília	<p>O presente trabalho busca por meio da pesquisa etnográfica analisar as representações de gênero em quatro escolas públicas estaduais. A obra foi construída através de transcrições de entrevistas desenvolvidas com professores (as que trabalham em sala comum, mas que possuem alunos com síndrome de down incluídos).</p> <p>Foram buscados nos discursos e na prática de letramento, identificar elementos que contribuem para elucidar a complexa teia que promoveu na educação e especificamente na educação especial inclusiva a atividade docente “Gueto feminino moderno”.</p>
05	Desenvolvimento de habilidades metafonológicas e aprendizagem da leitura e da escrita em alunos com síndrome de down	Ana Aparecida de Oliveira Machado Barby	2013	-	<p>Esta tese teve como objetivo planejar, ampliar e avaliar os resultados produzidos pela implementação de um cronograma de intervenção psicopedagógica que englobou o ensino explícito dos nomes e sons das letras do alfabeto associado ao treinamento de habilidades metafonológicas com vista a aprendizagem da leitura e da escrita, em crianças e adolescentes com síndrome de down, que estavam iniciando o processo de alfabetização.</p> <p>Os resultados mostram que o ensino explícito dos nomes e sons das letras, associado ao treinamento de habilidades metafonológicas e das conexões entre fonema e grafemas</p>

					desenvolvidos no programa de intervenção, possibilitou aos alunos com síndrome de down a compreensão do princípio alfabético e aprendizagem inicial da leitura e da escrita.
06	Ensino-aprendizagem de matemática para alunos com deficiência: como aprende o sujeito com síndrome de down	Christiane Milagre da Silva Rodrigues	2013	Universidade Federal do Espírito Santo	Esta pesquisa teve como objetivo ampliar a compreensão do processo de ensino aprendizagem da matemática para alunos com síndrome de down inscritos nos últimos anos do Ensino Fundamental, assumindo as características de um estudo de caso colaborativo. Os sujeitos centrais foram dois alunos dos últimos anos do Ensino Fundamental de uma escola pública municipal da cidade de Serra/ES.
07	A atividade da dança como possibilidade de inclusão social e desenvolvimento da função psicológica superior de memória em crianças com síndrome de down	Ariana Aparecida Nascimento Santos	2014	Universidade Estadual Paulista	A presente pesquisa tem como objetivo investigar a importância da dança no processo de desenvolvimento da função psicológica superior de memória da criança com síndrome de down e, simultaneamente, contribuir com as discussões a cerca dos processos de inclusão escolar desses sujeitos. Fora apresentado como referencial teórico e metodológico a teoria histórico-cultural e os princípios do método materialista histórico dialético. Defendendo a necessidade de inserção social dos sujeitos com deficiência nas escolas regulares.
08	Consciência fonológica e habilidades de escrita em indivíduos com síndrome de down: um estudo longitudinal.	Bárbara de Lavra Pinto	2014	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	A presente tese tem como tema a consciência fonológica (CF) e habilidades de escrita na síndrome de down (SD). Seus objetivos são: 1º verificar se indivíduos com SD apresentam evoluções no

					aprendizado da escrita e no desempenho em tarefas de CF em período de quatro anos e seis meses; 2º identificar quais habilidades de CF evoluíram e se algumas remanesceram inalteradas; 3º analisar a natureza da relação entre a CF e o aprendizado da escrita de indivíduos com SD; 4º investigar, em participantes com SD, a influência da memória de curta duração verbal (MCDV) em habilidades de CF e escrita por meio de duas perspectivas, uma longitudinal e outra transversal; 5º comparar o desempenho dos participantes com SD ao de crianças com desenvolvimento típico (DT), parecidos por medidas de vocabulários expressivos em tarefas de CF, escrita e MCDV.
09	Aprendizagem de substantivos e adjetivos por meio de leitura compartilhada para crianças com desenvolvimento típico e com síndrome de down	Camila Bonagamba	2016	Universidade de São Paulo	O objetivo do presente trabalho foi investigar a ocorrência de aprendizagem de relações entre estímulos visuais (figuras) com seus respectivos estímulos auditivos (palavras) a partir de diferentes condições de leitura compartilhada de livros para crianças com SD (Síndrome de Down) e com desenvolvimento típico (DT).
10	Escolarização de um aluno com síndrome de down	Aline Nathalia Marques	2016	Universidade Federal de São Carlos	A presente dissertação tem como objetivo analisar a linguagem escrita de um aluno com síndrome de down, no contexto da sala inclusiva. E como objetivos específicos: a) observar as estratégias de ensino utilizadas pelo professor da sala regular para ensinar a leitura e a escrita; b) analisar a produção escrita do aluno com síndrome de down.

					Nesta direção, o presente estudo pauta-se em um estudo de caso, por meio de abordagem teórica histórico-cultural.
--	--	--	--	--	---